Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, 13, 14 e 15 de julho de 2019 | Nº 24.459 | Preço banca: R$ 3,00

Mulheres terão aposentadoria integral cinco anos antes dos homens

As concessões feitas à bancada feminina na Câmara dos Deputados permitirão que as trabalhadoras da iniciativa privada conquistem a aposentadoria com valor integral cinco anos antes dos homens. A antecipação é fruto das mudanças na fórmula de cálculo do benefício aprovadas para as mulheres, mas que ficaram fora do destaque que suavizou a aposentadoria para os homens.

Na quinta-feira (11) à noite, o plenário da Câmara aprovou uma emenda aglutinativa de autoria do Democratas, construída pela bancada feminina, que antecipou o aumento da aposentadoria para as trabalhadoras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O acréscimo anual passará a incidir a partir do 16º ano de contribuição, em vez do 21º ano.

Com a emenda, o valor da aposentadoria para as mulheres da iniciativa privada equivalerá a 60% da média das contribuições para quem se aposenta com 15 anos de contribuição. Caso a trabalhadora se aposente depois disso, o valor aumentará dois pontos percentuais por ano até chegar a 100% da média com 35 anos de contribuição. Página 4

Mercado de seguros fatura R$ 103,7 bi de janeiro a maio

Página 3

Justiça bloqueia R$3 milhões da CSN diante de riscos de barragem

Página 4

Brasil assume a presidência pró-tempore do Mercosul

Com a presença do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil assumirá a presidência pró-tempore (rotativa) do Mercosul no próximo dia 17 , em Santa Fé, Argentina, durante reunião dos chefes de Estado do bloco.

A participação de Bolsonaro na 54ª Reunião do Conselho do Mercosul e países associado será precedida por uma série de reuniões entre funcionários de governos e diplomatas, que discutirão medidas para simplificar e desburocratizar as relações comerciais e institucionais entre as nações que compõem o próprio bloco e outros países.

Celebração

Em clima de celebração pelo fechamento do acordo do Mercosul com a União Europeia (UE), a delegação brasileira será chefiada pelo chanceler Ernesto Araújo, que participa, no dia 16, dos encontros preparatórios da cúpula. Página 3

Rio Pinheiros: desassoreamento recebe aporte de R$ 70 milhões

Foto/Rovena Rosa/ABr

Rio *Pinheiros*

O Governador João Doria e o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido, anunciaram na sexta-feira (12), no Palácio dos Bandeirantes, o início, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, de mais uma etapa do projeto Novo Rio Pinheiros. As empresas responsáveis já foram selecionadas para o desassoreamento e desaterro de 1,2 milhão de metros cúbicos de detritos, no período de um ano, com investimentos que somam quase R$ 70 milhões.

"Todos nós temos um compromisso de colocar o rio Pinheiros, até dezembro de 2022, limpo. São Paulo não pode mais ficar convivendo com a poluição de dois rios que cortam a cidade e achar que o tempo tomará conta disso ou a falta de cuidado fará com que se eternize um problema que vitima a cidade e seus habitantes", ressaltou Doria.

Esse é o maior desassoreamento realizado no rio Pinheiros pela Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia). Por meio da técnica de escavadeira embarcada em plataformas flutuantes, máquinas vão retirar sedimentos do leito do rio, depositá-los em barcaças, transportá-los às margens e, em seguida, para disposição final na Cava de Carapicuíba.

O volume mensal destes resíduos, se colocado em caminhões, formaria uma fila de cem quilômetros, equivalente à distância entre São Paulo e Sorocaba. Neste processo serão investidos inicialmente R$ 32 milhões. Página 2

BNDES é aprovado pela ONU para realizar ações contra mudança climática

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi aprovado pela diretoria do Green Climate Fund (GCF), fundo criado em 2010 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com doações de mais de 40 países. Com isso, o banco e poderá acessar recursos do GCF para a realização de ações contra mudanças climáticas. O fundo apoia projetos de países em desenvolvimento e tem um total de doações que alcança hoje US$ 10,3 bilhões, comprometidos em mais de 100 projetos aprovados. Página 3

Operação São Paulo Mais Seguro bate recorde de apreensão de drogas

Página 5

Governo revisa para 0,8% crescimento da economia em 2019

Página 3

Previsão do Tempo

Sábado: Sol o dia todo sem nuvens no céu. Noite de tempo aberto ainda sem nuvens.

25º C / 11º C

Manhã | Tarde | Noite

Domingo: Sol com algumas nuvens. Não chove.

26º C / 14º C

Manhã | Tarde | Noite

Segunda: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.

24º C / 15º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,73
Venda: 3,73

Turismo
Compra: 3,59
Venda: 3,89

EURO

Compra: 4,21
Venda: 4,21

OURO

Compra: 153,90
Venda: 196,00

Esporte

Ana Patrícia/Rebecca e Carol Solberg/Maria Elisa vão às quartas de final em Gstaad

O Brasil avançou com duas duplas às quartas de final do torneio feminino do Major Series de Gstaad (Suíça), etapa cinco estrelas do Circuito Mundial de vôlei de praia 2019. Ana Patrícia/Rebecca (MG/CE) e Carol Solberg/Maria Elisa (RJ) venceram seus confrontos e seguem na disputa por medalhas na competição. Já Ágatha/Duda (PR/SE) e Fernanda Berti/Bárbara Seixas deram adeus nas oitavas de final.

Na próxima fase, Ana e Rebecca enfrentam as canadenses Sarah Pavan e Melissa Paredes, atuais campeãs mundiais. O duelo ocorre às 10h (de Brasília). Nos dois confrontos anteriores, as canadenses saíram com a vitória.

Já Carol Solberg e Maria Elisa jogam nas quartas de final contra as holandesas Keizer e Meppelink, às 5h35 (de Brasília). Os times já se enfrentaram cinco vezes, com três vitórias das brasileiras e duas das holandesas.

Carol e Maria Elisa tiveram um caminho mais longo às quartas, já que saíram em segundo na chave. Elas superaram na repescagem as chinesas Fan Wang e Xin Xia por 2 sets a 0 (21/12, 21/18). Horas mais tarde, nas oitavas de final, triunfo sobre as espanholas Liliana Fernandez e Elsa Baquerizo: 2 sets a 1 (21/19, 14/21, 15/10), seguindo para as quartas de final. Carol comentou as vitórias e a evolução dentro do torneio.

"Tivemos dois jogos difíceis, não tem jogo fácil em nenhum momento no Circuito Mundial. E a etapa de Gstaad é especial, todo mundo adora jogar aqui. Maria e eu jogamos bem, estávamos soltas, tendo agressividade, mas também paciência nos momentos difíceis. A Espanha é um time maduro, difícil, acho que a diferença foi termos paciência nos bons momentos delas no jogo. Vamos seguir com esse astral, se divertindo e buscando jogar bem na semifinal contra as holandesas", destacou a bloqueadora da dupla.

Já Ana Patrícia e Rebecca, que tinham saído em primeiro lugar da chave, disputaram apenas a rodada das oitavas de final. Elas superaram as canadenses Bansley e Wilkerson por 2 sets a 0 (21/16, 21/15), garantindo vaga na próxima fase e mantendo a invencibilidade nos três jogos disputados até aqui. Rebecca analisou o desempenho do time até o momento.

"Acredito que nós conseguimos nos adaptar bem ao lugar, areia e vento, durante os jogos de chave. Atuamos mais à vontade hoje, mais soltas, tanto que conseguimos fazer um jogo praticamente sem erros. O time do Canadá é muito bom, então não poderíamos dar moleza, foi um resultado muito bom. Conversamos durante todo jogo e isso facilita muito. Vamos aguardar a próxima rodada para estudar e seguir nesse ritmo", destacou.

Fernanda e Bárbara Seixas começaram o dia superando as suíças Heidrich e Verge-Depre por 2 sets a 0 (21/19, 21/9), na fase de repescagem. Horas depois, acabaram eliminadas nas oitavas de final em Gstaad ao serem superadas pelas também suíças Nina Betschart e Tanja Huberli por 2 sets a 1 (21/15, 13/21, 17/15). O nono lugar rende 450 pontos na corrida olímpica brasileira, e 600 pontos no ranking mundial, além de prêmio de R$ 30 mil.

Foto/Divulgação

Carol *Solberg (frente) e Maria Elisa comemoram ponto em Gstaad*

Ágatha e Duda, que haviam saído em primeiro lugar na chave, não precisaram disputar a repescagem. Nas oitavas, porém, acabaram superadas pelas eslovacas Dubovcova/Strbova de virada: 2 sets a 1 (16/21, 21/19, 15/11). Elas também recebem 450 pontos na corrida olímpica brasileira, 600 pontos no ranking mundial, além de prêmio de R$ 30 mil.

A competição em Gstaad rende cerca de R$ 150 mil para os campeões dos naipes masculino e feminino. Ao todo, o torneio distribui cerca de R$ 2,3 milhões em premiação aos atletas, além de oferecer pontuação alta para o ranking internacional – 1.200 para os times vencedores.

Para a corrida olímpica brasileira, disputa interna entre duplas nacionais que tentam representar o Brasil nos Jogos de Tóquio, o título em Gstaad rende 900 pontos, reduzindo 90 pontos para cada posição.

Na corrida olímpica do Brasil, apenas os eventos de quatro e cinco estrelas do Circuito Mundial, além do Campeonato Mundial, são contabilizados, cada um com peso correspondente. Além disso, os times terão uma média dos 10 melhores resultados obtidos, podendo descartar as piores participações. Só valem os pontos obtidos juntos, como dupla.

A corrida olímpica interna das duplas brasileiras acontece em paralelo à disputa da vaga do país, que segue as regras da Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Cada nação pode ser representada por, no máximo, duas duplas em cada naipe.

Os países possuem quatro maneiras de garantir a vaga: vencendo o Campeonato Mundial 2019; sendo finalistas do Classificatório Olímpico, que será disputado na China, também em 2019; estando entre as 15 melhores duplas do ranking olímpico internacional; vencendo uma das edições da Continental Cup (América do Norte, América do Sul, África, Ásia e Europa). O Japão, sede, tem uma dupla em cada naipe já garantida.

Gstaad é um dos torneios mais tradicionais do Circuito Mundial de vôlei de praia, presente desde 2000, sem ficar nem sequer um ano de fora do calendário. Além disso, também é uma das paradas favoritas dos atletas, em meio ao verão europeu e com a arena cercada pelas montanhas. O Brasil foi campeão oito vezes no naipe masculino e nove no naipe feminino.

autojornal
o dia a dia motorizado

Rio Pinheiros: desassoreamento recebe aporte de R$ 70 milhões

O Governador João Doria e o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido, anunciaram na sexta-feira (12), no Palácio dos Bandeirantes, o início, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, de mais uma etapa do projeto Novo Rio Pinheiros. As empresas responsáveis já foram selecionadas para o desassoreamento e desaterro de 1,2 milhão de metros cúbicos de detritos, no período de um ano, com investimentos que somam quase R$ 70 milhões.

"Todos nós temos um compromisso de colocar o rio Pinheiros, até dezembro de 2022, limpo. São Paulo não pode mais ficar convivendo com a poluição de dois rios que cortam a cidade e achar que o tempo tomará conta disso ou a falta de cuidado fará com que se eternize um problema que vitima a cidade e seus habitantes", ressaltou Doria.

Esse é o maior desassoreamento realizado no rio Pinheiros pela Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia). Por meio da técnica de escavadeira embarcada em plataformas flutuantes, máquinas vão retirar sedimentos do leito do rio, depositá-los em barcaças, transportá-los às margens e, em seguida, para disposição final na Cava de Carapicuíba.

O volume mensal destes resíduos, se colocado em caminhões, formaria uma fila de cem quilômetros, equivalente à distância entre São Paulo e Sorocaba. Neste processo serão investidos inicialmente R$ 32 milhões. A previsão é que, em até 12 meses, sejam desassoreados 500 mil metros cúbicos. O planejamento prevê a remoção de 2,4 milhões de metros cúbicos de sedimentos nos próximos anos.

As empresas prestadoras de serviço, selecionadas em pregão eletrônico, são os consórcios Jerivá (Soebe Construção e Pavimentação Ltda. e FBS Construção Civil, e o Pavimentação S.A.) e Pinheiros 14 (ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construção Ltda. e DP Barros Pavimentação e Construção Ltda).

As ações de desaterro visam aumentar o espaço das áreas chamadas "bota-fora" por meio de escavação mecânica dos materiais depositados. Este processo terá o investimento de pouco mais de R$ 37 milhões e deve desaterrar 700 mil metros cúbicos de materiais em 12 meses. Os responsáveis pela execução destas ações são o consórcio Pinheiros 15 (ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construção Ltda., e DP Barros Pavimentação e Construção Ltda) e a empresa Construdaher Construções e Serviços Ltda.

"O projeto Novo Rio Pinheiros é um esforço conjunto de diversos atores. Este é mais um passo para a melhoria do rio. O desassoreamento ajuda no aumento da oxigenação e na dissolução de poluentes. E esta ação faz parte de uma série de medidas que serão adotadas", afirmou Penido.

Novas tecnologias

Desde o início do ano, a Emae vem testando, sem custos para a companhia, novas tecnologias para retirada de detritos do Pinheiros. Por meio dos Ecoboats, uma das tecnologias em teste, a empresa recolheu 100 toneladas de lixo flutuante das águas em um mês. As outras foram a máquina sueca de retenção de resíduos e as ecobarreiras, que têm a função de reter o lixo e facilitar o recolhimento.

Paralelamente, de janeiro a maio deste ano, nas ações de rotina, foram retiradas quase duas mil toneladas de lixo do rio, ao custo de mais de R$ 3 milhões.

Sede do Pomar Urbano

A Emae revitalizou a sede do Pomar Urbano, que foi reinaugurada em junho. A obra contemplou limpeza, alvenaria, paisagismo e pintura do local, além da recuperação do viveiro, do píer e do quiosque,remoção de restos de vegetação e instalação nova sinalização. Nesta etapa, uma parceria com a Reservas Votorantim prevê o plantio de 30 mil mudas nativas da Mata Atlântica Paulista. Há também ações de recuperação em andamento com a empresa Vivo.

Saneamento e remuneração por resultados

Em junho, a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) iniciou uma nova modelagem para contratação de serviços para tratamento de esgoto e melhoria da qualidade da água. A assinatura dos contratos terá como base a performance, uma forma moderna de contratação de serviços que alinha os objetivos das empresas à meta final de melhoria da qualidade da água dos afluentes. A contratada fica responsável por todas as obras de ampliação e adequação do sistema de esgotamento sanitário, com remuneração medida por resultados. Quanto mais limpa ficar a água, maior será a compensação. Para avaliar a performance, serão consideradas metas como o total de novos imóveis conectados à rede e a qualidade da água dos afluentes.

A primeira sub-bacia a receber obras nessa modelagem é a do córrego Zavuvus, na zona Sul de São Paulo. Nessa região, as obras vão beneficiar diretamente 173 mil moradores, num investimento de R$ 85 milhões, podendo chegar a R$ 94 milhões a depender do desempenho da empresa contratada. A expectativa é que, em dois anos, ocorra uma melhoria acentuada na qualidade da água do córrego, com perspectiva de retomada de vida aquática. Com 7,8 km de extensão, o Zavuvus deságua no rio Jurubatuba, um canal formador do Pinheiros próximo da represa Guarapiranga.

Monitoramento

A Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) vai intensificar os pontos de monitoramento no rio Pinheiros e nos principais afluentes para verificar os sedimentos (carbono orgânico total, nitrogênio amoniacal e fósforo total) e a qualidade da água (oxigênio dissolvido, pH, temperatura, condutividade, DBO, fósforo, turbidez, sólidos totais e suspensos).

Outorga

Ao longo do processo, o Daee (Departamento de Águas e Energia Elétrica) emitirá outorgas para ampliação de sistemas de interceptores e emissários de esgotos para estações de tratamento, fundamental para a despoluição do rio Pinheiros.

Caberá ao Daee emitir também as outorgas necessárias para obras e serviços que impliquem em interferências no curso do rio, como a implantação de pontos de atracagem para barcos e implantação de novos sistemas de telemetria e vazões afluentes.

Projeto Tietê

O projeto Tietê está em andamento e também beneficia o rio Pinheiros. Desde o seu início, a mancha de poluição do rio Tietê diminuiu de 530 km para 122 km, uma redução de 77%. Os dados são auditados pela SOS Mata Atlântica. Com investimento de US$ 3 bilhões no projeto, mais de 10 milhões de paulistas passaram a ter coleta e tratamento de esgoto. A coleta passou de 70% para 87%, e o tratamento, de 24% para 70%. Neste ano, houve o desassoreamento de 85 quilômetros ao longo do rio.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

[MÍDIAS] A coluna (diária) de política do jornalista e cronista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa brasileira desde 1993, pelo jornal "O DIA" [3º mais antigo diário em São Paulo - SP]. Na Internet desde 1996, **www.cesarneto.com** foi um dos sites pioneiros no Brasil. No Twitter, **@CesarNetoReal**

+

CÂMARA (SP) - Hoje é zero a possibilidade de que o PRB [do vereador e líder da bancada André Santos] tenha candidato pra prefeitura paulistana. O comunicador e deputado federal Russomanno é o 1º a compreender a questão, uma vez que perde cerca de 1 milhão de votos na reeleição 2018

+

PREFEITURA (SP) - Tanto é verdade que Bruno Covas não tem absolutamente nada contra figuras históricas do PSDB [agora de Doria] que não impediu que o ex-vice governador (SP) e ex-senador Aloysio Nunes fosse sondado pra que avaliasse a possibilidade de assumir a pasta da Casa Civil

+

ASSEMBLEIA (SP) - Deputada Janaína (no PSL) voltou a ser consultada sobre candidata à prefeitura paulistana. Apesar dos seus mais de 2 milhões de votos, disse não. Tudo porque a deputada federal Joice (no PSL) não tá lutando pela inclusão das Polícias nas emendas das reformas Previdenciárias

+

GOVERNO (SP) - Blindando Doria [líder do novo PSDB] das possibilidades do Senado não incorporar Estados e municípios nas reformas da Previdência brasileira, a Secretaria (Fazenda), de Meirelles, já reescreve PEC pra Assembleia (SP) aprovar as reformas na Previdência do Estado de São Paulo

+

CONGRESSO (BR) - Pra rápida decepção da sociedade brasileira, as maiorias entre os 513 deputados na Câmara Federal e até final setembro entre os 81 senadores no Senado Federal já estão impondo antigos 'modus operandi' dos centrões acima das esquerdinhas e direitinhas falecidas no Século 20

+

PRESIDÊNCIA (BR) - Jair Bolsonaro querer o filho Eduardo [reeleito pra Câmara Federal via PSL - SP com quase 2 milhões de votos] como Embaixador em Washington (USA) não será absurdo, desde que os quase 2 milhões de eleitores [no Esado de São Paulo] compreendam as prioridades internacionais

+

PARTIDOS - No PDT, do Brizolisno de Lupi e do agora sócio preferencial Ciro, a jovem deputada (SP) Tabata [mais 7 colegas] tá sentindo na pele retaliações por não votar o que mandam [no caso contra a nova Previdência]. Muito jovem, ela pode surpreender "levantando, sacudindo a poeira e dando a volta por cima"

+

POLÍTICOS ... No PSB, ainda feudo pernambucano e nacional da família Arraes, foram 11 jogando a favor em vez de contra a votação pelas reformas da Previdência. Podem ser expulsos do campo de jogo ou vão tomar 'cartão amarelo' pra não desfalcar o time [na mesma pegada do PDT] na Câmara dos Deputados ...

+

BRASILEIROS... No NOVO, o bilionário e mantenedor João Amoedo tá afirmando que não vai aceitar 1 centavo do aumento do Fundo Partidário que a maioria dos demais dirigentes apoiam. Como vai reagir se nosso Congresso votar pela volta do financiamento privado de campanha, como rola nos USA de Trump ?

+

JUSTIÇAS (BR) - No Supremo, Marco Aurélio Mello - primo do ex-Presidente Collor - vê nepotismo na indicação do deputado federal Eduardo [filho de Bolsonaro] pra Embaixador em Washington [USA de Trump]. Violaria, por exemplo, tanto a Impessoalidade como a Eficiência previstas na Constituição (1988).

+

[EDITOR] A coluna (diária) de política do jornalista e cronista **Cesar Neto** foi se tornando referência da **liberdade possível**. Está dirigente na Associação Paulista de Imprensa. Recebeu a **Medalha Anchieta** [Câmara Municipal de São Paulo] e o **Colar de Honra ao Mérito [**Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo]

cesar@cesarneto.com

PM terá 100 bicicletas elétricas para reforçar o policiamento na capital

O Governador João Doria e o Secretário da Segurança Pública, General João Camilo Pires de Campos, entregaram nta sexta-feira (12) 75 bicicletas elétricas para a Polícia Militar reforçar e expandir o policiamento com bikes na capital paulista – o Bikepol.

Até o final de outubro, outros 25 veículos como este serão disponibilizados à instituição, proporcionando maior área de atuação e mais agilidade no combate ao crime, principalmente em áreas com grande concentração de pessoas.

"Este é um transporte não-poluente e ideal para áreas de elevada concentração de pessoas. Com a motorização, melhora a condição do policial e agiliza o atendimento em locais com grande tráfego de automóveis. Facilita a chegada do policial até o ponto de ocorrência ou onde ele for exigido", afirmou Doria. Segundo o governador, a previsão é de que outros 200 veículos do tipo entrem em circulação até o final do ano.

As novas bicicletas serão distribuídas em todas as regiões de São Paulo e são uma doação da iniciativa privada. Cada bicicleta custa em torno de R$ 4 mil. Os veículos são da marca Sense e modelo Impulse E-Urban. Leves, dinâmicos e potentes, são equipados com o sistema de motorização direct drive, com 350Wh, e o motor é alimentado por uma bateria de 36v e 14,5ah. Eles possuem duas rodas 27,5" e pneus lisos que dão eficiência na pedalada. Também acompanham os itens tradicionais, como farol, luz de freio, buzina e retrovisores.

Benefícios e treinamento

A vantagem do policiamento com a utilização de bicicletas elétricas é a possibilidade de cobrir uma área mais extensa com maior agilidade. Além disso, complementa outras formas de atuação da Polícia Militar, incluindo o policiamento a pé, aumentando a segurança dos paulistas.

Para a utilização dos novos veículos, 82 PMs passaram por treinamento ministrado pelo Centro de Motomecanização da instituição. O curso foi um complemento, uma vez que a maioria dos policiais já são habilitados no Estágio de Especialização no Policiamento com Bicicletas, que ocorre na Escola de Educação Física da PM e tem duração de duas semanas.

Foto/Governo do Estado de São Paulo

Bicicletas *elétricas para a Polícia Militar para reforço no policiamento da Capital*

ABNT e Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência firmam parceria

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Prefeitura Municipal de São Paulo agora são parceiras. Nesta sexta-feira (12), seus representantes assinaram um Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos em suas áreas específicas de atuação, em cerimônia realizada na ABNT, em São Paulo.

"Teremos um programa de trabalho conjunto, identificando temas de interesse da secretaria para a elaboração de normas técnicas e desenvolvimento de outras atividades que promovam a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência", informou o presidente eleito da ABNT, Mario William Esper.

Estão entre os objetivos específicos da parceria, com vigência de dois anos, a capacitação referente às normas técnicas desenvolvidas a partir do acordo, elaboração de manuais para facilitar o entendimento e a implantação das normas e apoio à expansão dos selos de acessibilidade digital e física.

Recentemente, o secretário municipal da Pessoa com Deficiência, Cid Torquato, lamentou que, embora o Brasil tenha uma legislação avançada em termos de acessibilidade, seu cumprimento ainda é difícil, por falta de fiscalização e, principalmente, por desconhecimento sobre todo esse arcabouço jurídico tanto por parte dos potenciais beneficiários, como de autoridades, advogados, Ministério Público e Judiciário.

Na visão do secretário Cid Torquato, as normas da ABNT têm papel fundamental, pois representam, em muitos casos, a base técnica sobre a qual as leis se sustentam. É o caso, por exemplo, da ABNT NBR 9050:2015, considerada a grande referência em acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos no País.

Atualmente, no acervo da ABNT estão disponíveis cerca de 15 normas técnicas, elaboradas pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), que contribuem para a inclusão e qualidade de vida de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por isso, são referenciadas no Decreto nº 5296/2004, do Governo Federal, além de legislações estaduais e municipais.

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo tem participado das Comissões de Estudo sobre acessibilidade na ABNT e vem cuidando para que as normas sejam divulgadas aos servidores municipais e técnicos da iniciativa privada. A parceria, de acordo com Cid Torquato, tem potencial de ampliar a disseminação das normas e a realização de estudos técnicos, beneficiando ambas as partes envolvidas e estendendo-se à população.

Sobre a ABNT

A ABNT é o único Foro Nacional de Normalização, por reconhecimento da sociedade brasileira desde a sua fundação, em 28 de setembro de 1940, e confirmado pelo Governo Federal por meio de diversos instrumentos legais. É responsável pela elaboração das Normas Brasileiras (NBR), destinadas aos mais diversos setores. A ABNT participa da normalização regional na Associação Mercosul de Normalização (AMN) e na Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (Copant) e da normalização internacional na International Organization for Standardization (ISO) e na International Electrotechnical Commission (IEC).

Desde 1950, a ABNT atua também na área de certificação, atendendo grandes e pequenas empresas, nacionais e estrangeiras. A ABNT possui atualmente mais de 400 programas de certificação, destinados a produtos, sistemas e verificação de gases de efeito estufa, entre outros. A sociedade identifica na Marca de Conformidade ABNT a garantia de que está adquirindo produtos e serviços em conformidade, atendendo aos mais rigorosos critérios de qualidade. A ABNT Certificadora tem atuação marcante nas Américas, Europa e Ásia, realizando auditorias em mais de 30 países.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Mercado de seguros fatura R$ 103,7 bi de janeiro a maio

O faturamento do mercado segurador brasileiro alcançou R$ 103,7 bilhões, no acumulado de janeiro a maio deste ano, alta de 7,1% em comparação a igual período do ano passado. Somente em maio, a alta registrada foi de 16,1%, em relação ao mesmo mês de 2018.

De acordo com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), os dados excluem saúde suplementar, cujos últimos números ainda são anteriores a maio, e o seguro do trânsito DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), cuja tarifa é administrada pelo governo.

Também nos 12 meses até maio deste ano, o faturamento do setor foi positivo em 1,5%, retomando a tendência de alta, após estabilização em abril, de 0,1%. Na avaliação do presidente da CNSeg, Marcio Coriolano, esse é um número importante e se aproxima do resultado apurado nos dois primeiros meses do ano, após quatro meses de 2018 em que o setor apresentou taxas de desempenho negativas.

Coriolano disse que a perspectiva para o setor este ano vai depender de resultados "consistentemente melhores a cada mês". Ele acredita que os resultados de junho e, por consequência, do primeiro semestre, pautarão as expectativas para o ano.

Conjuntura

A análise de conjuntura do setor revela que o ramo de seguros patrimoniais, que envolve seguros de dados e responsabilidades, liderou a expansão registrada de janeiro a maio, em 15,7%, acompanhado dos planos de riscos, dentro do segmento cobertura de pessoas, com incremento de 15,4%. O segmento de títulos de capitalização também mostra expansão de 11,7% no acumulado até maio.

Nos últimos 12 meses findos em maio, os seguros de cobertura de pessoas - planos de riscos, no segmento de vida e previdência -, registraram alta de 11,3%, enquanto os planos de acumulação, que englobam PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) mostraram variação negativa de 5,6%. Apesar da queda da receita, houve melhoria em relação aos 12 meses encerrados em abril, quando a taxa foi negativa em 7,8%.

O seguro automóvel, que é o produto de maior arrecadação do segmento de danos e responsabilidades, evoluiu 3,6% em maio, em relação a igual mês do ano passado. No acumulado em 12 meses, foi sentida uma leve recuperação do produto, que cresceu 2,6%, contra 2,5% nos 12 meses completados em abril. (Agencia Brasil)

Governo revisa para 0,8% crescimento da economia em 2019

O Ministério da Economia publicou na sexta-feira (12) o boletim Macro Fiscal. De acordo com a publicação, a previsão atual é de que a inflação do país continue em queda e feche 2019 em 3,8%. Dentro da meta estabelecida e menor que os 4,1% previstos. Já para o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de bens e serviços produzidos no país, o governo projeta um crescimento de 0,8% no ano. A estimativa anterior era de crescimento de 1,6%. Para 2020, a previsão é que o PIB cresça 2,2%

O boletim mostra que a recuperação econômica do país, no segundo trimestre de 2019, continua lenta. O documento cita a aprovação da Nova Previdência como fundamental para a retomada do crescimento econômico. Para o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, as novas regras para as aposentadorias aliadas a uma reforma tributária, que deve ser encaminhada em breve ao Congresso Nacional, têm o poder de fazer o PIB crescer nos próximos anos. "As duas [reformas] constituem medidas que afetam o que chamamos de PIB potencial da economia brasileira", destaca Waldery Rodrigues.

Para o subsecretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, entre os desafios do país para fazer a economia crescer está o aumento da produtividade. "Ou o Brasil adota reformas pró-mercado, que estimulem a produção e o emprego ou nós continuaremos num cenário de baixo crescimento econômico." (Agencia Brasil)

BNDES é aprovado pela ONU para realizar ações contra mudança climática

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi aprovado pela diretoria do Green Climate Fund (GCF), fundo criado em 2010 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com doações de mais de 40 países. Com isso, o banco e poderá acessar recursos do GCF para a realização de ações contra mudanças climáticas. O fundo apoia projetos de países em desenvolvimento e tem um total de doações que alcança hoje US$ 10,3 bilhões, comprometidos em mais de 100 projetos aprovados.

O credenciamento do BNDES ocorreu na categoria de risco socioambiental A, na modalidade de acesso direto, onde estão apenas 24 das 88 instituições credenciadas. Entre elas, destaque para os Bancos Mundial, Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento, Agência Francesa de Desenvolvimento e o banco estatal de desenvolvimento alemão KfW.

Segundo informou na sexta-feira (12) o BNDES, por meio de sua assessoria de imprensa, o credenciamento no GCF tem validade de até cinco anos. Contribuíram para a aprovação do banco "o atendimento a padrões internacionais de análise e monitoramento de projetos relacionados às mudanças climáticas".

Os recursos do GCF poderão ser usados para financiar ou apoiar investimentos dos mais diversos portes, inclusive por meio de recursos não reembolsáveis. (Agencia Brasil)

Produção industrial recua em sete estados e na Região Nordeste em maio

A produção industrial recuou em oito dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na passagem de abril para maio deste ano, acompanhando o recuo de 0,2% da indústria nacional no período. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal, divulgada na sexta-feira (12), a maior queda foi observada no Espírito Santo (-2,2%).

Outros estados com queda na produção foram Rio Grande do Sul (-1,4%), Santa Catarina (-1,3%), Minas Gerais (-1%), Ceará (-0,9%), Mato Grosso (-0,7%) e Pernambuco (-0,6%) a seguir. A Região Nordeste, que tem a produção industrial de seus nove estados calculada em conjunto, recuou 0,9%.

Sete estados tiveram aumento na taxa, com destaque para o Pará, que teve uma alta recorde de 59,1%, devido à retomada do setor extrativo mineral no estado. Outros locais com alta foram o Rio de Janeiro (8,8%), Goiás (1,6%), o Amazonas (1,2%), a Bahia (1,1%), o Paraná (0,7%) e São Paulo (0,1%).

Foto/Amanda Oliveira/Govba

Outras comparações

Na comparação com maio do ano passado, 12 dos 15 locais pesquisados tiveram alta, com destaques para os três estados do Sul: Paraná (27,8%), Rio Grande do Sul (19,9%) e Santa Catarina (19,3%). Entre os três locais com queda, o recuo mais intenso foi no Espírito Santo (-17,4%).

No acumulado do ano, oito locais tiveram alta, com destaque também para os três estados do Sul: Paraná (10,4%), Rio Grande do Sul (8,8%) e Santa Catarina (6,1%). Sete locais tiveram queda, a maior delas no Espírito Santo (-11,8%).

No acumulado de 12 meses, oito locais pesquisados tiveram altas, com destaque, mais uma vez para Rio Grande do Sul (9,2%), Paraná (6,3%) e Santa Catarina (5%). Dos sete locais em queda, o maior recuo foi observado no Espírito Santo (-4,1%). (Agencia Brasil)

Presidente do BNDES anuncia nova diretoria

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, disse na sexta-feira (12), ao anunciar a nova diretoria do banco, que a atuação da instituição será reforçada como um banco de serviços para o Estado brasileiro, concentrando atividades em projetos de impacto social.

Segundo Montezano, a principal mudança na direção da instituição é a criação de diretorias de Negócios e Serviços, cujo foco sera o atendimento a clientes públicos, destacando a União, estados e municípios. Será instituída a Diretoria de Relações Institucionais e Governo, com sede em Brasília, com a missão de atender os clientes públicos, viabilizando soluções que repercutam de forma positiva para os cidadãos brasileiros.

O BNDES terá também uma diretoria de Compliance (governança) e uma de Recursos Humanos, que tratará da adaptação dos empregados à nova estratégia do banco.

Integram a nova diretoria do BNDES Leonardo Cabral (Privatizações), Adalberto Vasconcelos (Relações Institucionais e Governo), Ricardo Barros (Operações), Alexandre Marques ('Compliance') e Saulo Puttini (Jurídica). Os titulares das outras três diretorias (Empresas, Estratégia e Transformações Digitais e Finanças) ainda não foram definidos. Denise Pavarina, Roberto Marucco e José Flávio Ramos permanecem interinamente ocupando esses cargos durante o período de transição.

Gustavo Montezano tomará posse na próxima terça-feira (16), no Palácio do Planalto, em Brasília. Ele assume o lugar de Joaquim Levy, que pediu demissão da presidência do BNDES em junho. (Agencia Brasil)

Pequenos negócios têm até segunda para retornar ao Simples Nacional

As micro e pequenas empresas (MPE) excluídas do Simples Nacional têm até segunda-feira (15) para requerer o retorno ao sistema. O Comitê Gestor do Simples Nacional (SGSN) editou, no último dia 3, resolução que permite a volta ao Simples. Esse regime tributário diferenciado reúne, em um único documento de arrecadação (DAS) os principais tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários.

Podem retornar ao Simples Nacional, pequenos negócios que tenham sido excluídos no primeiro dia do ano de 2018, que tenham aderido ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN) e não tenham cometido nenhuma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123.

Dentre outras atividades proibidas, a lei complementar prevê que não podem optar pelo Simples empresas que trabalham com gestão de crédito, operações de empréstimo, financiamento de crédito, que tenha sócio domiciliado no exterior ou que tenha dentre os sócios entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou que possua débito com o INSS, ou com as fazendas públicas Federal, Estadual ou Municipal.

Para o presidente do Sebrae, Carlos Melles, o Simples Nacional tem impacto direto na sobrevivência da micro e pequena empresa. "Estudos realizados pelo Sebrae mostram que, se o modelo de tributação acabasse, 67% das empresas optantes fechariam as portas, seriam empurradas para a informalidade ou reduziriam suas atividades. Por isso, esta Resolução é tão importante, representa uma oportunidade para as micro e pequenas empresas", disse.

A opção de retornar ao Simples Nacional poderá ser feita até o dia 15 de julho por meio de um formulário na página do programa na internet. O requerimento deve ter a assinatura do contribuinte ou de um representante legal. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Brasil assume a presidência pró-tempore do Mercosul

Com a presença do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil assumirá a presidência pró-tempore (rotativa) do Mercosul no próximo dia 17 , em Santa Fé, Argentina, durante reunião dos chefes de Estado do bloco.

A participação de Bolsonaro na 54ª Reunião do Conselho do Mercosul e países associado será precedida por uma série de reuniões entre funcionários de governos e diplomatas, que discutirão medidas para simplificar e desburocratizar as relações comerciais e institucionais entre as nações que compõem o próprio bloco e outros países.

Celebração

Em clima de celebração pelo fechamento do acordo do Mercosul com a União Europeia (UE), a delegação brasileira será chefiada pelo chanceler Ernesto Araújo, que participa, no dia 16, dos encontros preparatórios da cúpula.

Em Santa Fé, haverá também reuniões preparatórias nos dias 14 e 15 de julho, com reunião da comissão de comércio do Mercosul e uma discussão sobre o funcionamento de um mercado comum.

Na presidência do Mercosul, a delegação brasileira pretende aprofundar as providências adotadas pela Argentina, país que é o atual líder pró-tempore do bloco e que, nessa condição, presidiu com êxito as negociações com a União Europeia.

Simplificação

Atualmente, no âmbito do Mercosul, existem mais de 200 órgãos, conselhos e comissões, fator que pressiona os orçamentos do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, países que compõem o bloco.

Sob a presidência pró-tempore do Brasil, os membros do Mercosul vão checar o funcionamento e o objetivo de cada órgão ou conselho, que serão extintos, se houver comprovação de que não têm utilidade prática.

Tarifa Externa Comum

Segundo integrantes da delegação brasileira, o Brasil vai trabalhar para reduzir as Tarifas Externas Comuns (TECs), que são aplicadas na comercialização de produtos entre os membros do bloco. As TECs foram criadas no início do Mercosul para proteger a indústria de cada país e, dessa forma, evitar o monopólio da produção. Com o tempo, porém, as TECs contribuíram para que o Mercosul se transformasse em um bloco de países fechados e avessos ao comércio mundial.

O fechamento do acordo com a UE vai proporcionar, segundo a delegação brasileira, que essas tarifas sejam reduzidas para que o comércio na região se iguale às condições do bloco europeu. (Agencia Brasil)

Japão e Coreia do Sul debatem restrição à exportação de tecnologia

Os governos japonês e sul-coreano debateram na sexta-feira (12), em Tóquio, as restrições mais rigorosas adotadas pelo Japão sobre exportação de alguns insumos para a Coreia do Sul.

Trata-se do primeiro encontro entre os dois países desde que o Japão implementou a medida na semana passada.

As restrições mais rigorosas se referem a três insumos para a Coreia do Sul. Os itens são usados para a produção de semicondutores e outros equipamentos de alta tecnologia.

Autoridades japonesas afirmam que o controle comercial da Coreia do Sul não é rigoroso, o que levanta questões de segurança.

A reunião entre técnicos dos dois países foi organizada atendendo a solicitação do governo sul-coreano.

A Coreia do Sul exige que o Japão suspenda a medida. (Agencia Brasil)

Setor de serviços fica estável de abril para maio

O volume de serviços no Brasil ficou estável na passagem de abril para maio deste ano, depois de ter avançado 0,5% de março para abril. Antes disso, o setor havia registrado três quedas consecutivas, que acumularam perda de 1,6%. O dado, da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), foi divulgado na sexta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o IBGE, o volume de serviços cresceu 4,8% na comparação com maio do ano passado, 1,4% no acumulado do ano e 1,1% no acumulado de 12 meses.

A receita nominal do setor cresceu 0,6% na comparação com abril, 9,2% na comparação com maio do ano passado, 5,1% no acumulado do ano e 4,3% no acumulado de 12 meses.

Na passagem de abril para maio, quatro das cinco atividades cresceram, com destaque para o ramo de serviços de informação e comunicação (1,7%). Também foram observados avanços em outros serviços (2,6%), serviços profissionais, administrativos e complementares (0,7%) e serviços prestados às famílias (0,5%).

Por outro lado, os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio recuaram 0,6% e foram o único setor a apresentar taxa negativa na área de serviços. (Agencia Brasil)

Mulheres terão aposentadoria integral cinco anos antes dos homens

As concessões feitas à bancada feminina na Câmara dos Deputados permitirão que as trabalhadoras da iniciativa privada conquistem a aposentadoria com valor integral cinco anos antes dos homens. A antecipação é fruto das mudanças na fórmula de cálculo do benefício aprovadas para as mulheres, mas que ficaram fora do destaque que suavizou a aposentadoria para os homens.

Na quinta-feira (11) à noite, o plenário da Câmara aprovou uma emenda aglutinativa de autoria do Democratas, construída pela bancada feminina, que antecipou o aumento da aposentadoria para as trabalhadoras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O acréscimo anual passará a incidir a partir do 16º ano de contribuição, em vez do 21º ano.

Com a emenda, o valor da aposentadoria para as mulheres da iniciativa privada equivalerá a 60% da média das contribuições para quem se aposenta com 15 anos de contribuição. Caso a trabalhadora se aposente depois disso, o valor aumentará dois pontos percentuais por ano até chegar a 100% da média com 35 anos de contribuição.

Na sexta-feira (12) de madrugada, a Câmara aprovou destaque do PSB que reduzirá de 20 para 15 anos o tempo mínimo de contribuição dos trabalhadores homens da iniciativa privada. A elevação do valor da aposentadoria, no entanto, só começará no 21º ano de contribuição. Para aposentar-se com 100% da média, o segurado continuará a ter de contribuir por 40 anos.

O texto-base da reforma estabelecia tempo mínimo de contribuição de 20 anos para homens e 15 anos para as mulheres, mas a fórmula de cálculo não tinha sido alterada em relação à proposta original do governo, pela qual a elevação começaria no 21º ano de contribuição, fazendo os trabalhadores conquistar a aposentadoria integral com 40 anos de contribuição. Com a votação dos destaques, a fórmula original está mantida apenas para os homens.

No entanto, para requerer a aposentadoria, as mulheres continuarão a ter de cumprir a idade mínima de 62 anos ou os critérios previstos nas regras de transição. Para homens, a idade mínima será de 65 anos, podendo ser reduzida conforme uma das quatro regras de transição aprovadas. (Agencia Brasil)

Câmara reduz idade mínima de aposentadoria para professores

Por 465 votos a 25, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou no final da tarde de sexta-feira, a redução da idade de aposentadoria para os professores. De autoria do PDT, o destaque diminui a idade mínima para 55 anos (homens) e 52 anos (mulheres).

A redução vale apenas para professores federais, de instituições privadas e de municípios sem regime próprio de Previdência. Para aposentar-se com idade mínima menor, o professor deverá cumprir a regra de transição que exige o pedágio de 100% do tempo restante para se aposentar.

Acordo

O destaque foi aprovado com acordo tanto na base aliada como na oposição. O texto principal da reforma previa aposentadoria de professores a partir de 60 anos para homens e 57 anos para mulheres.

Na quinta-feira (11) à noite, a Câmara tinha aprovado uma emenda aglutinativa para que o valor da pensão não seja inferior a um salário mínimo, caso o benefício seja a única fonte de renda formal do viúvo ou da viúva. O texto-base estabelecia que o salário mínimo só seria pago se ninguém na família tivesse outra fonte de renda. (Agencia Brasil)

Câmara mantém pedágio de 100% em regra de transição

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou na tarde de sexta-feira (12) uma emenda aglutinativa do PDT para alterar o pedágio em uma das regras de transição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/19) da reforma da Previdência. Para a aprovação, seriam necessários 308 a favor, mas o placar ficou em 195 votos a favor e 296 contra.

A emenda queria alterar o texto principal para diminuir de 100% para 50% o pedágio de uma das regras de transição, válida para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do regime próprio dos servidores públicos. O pedágio é aplicado sobre o tempo de contribuição que falta para atingir o mínimo exigido para se aposentar.

Em seguida, os deputados rejeitaram destaque apresentado pelo PDT para tentar acabar com o pedágio previsto em uma das regras de transição. Foram 387 votos favoráveis à manutenção do texto como está na proposta e 103 contrários.

O relator da PEC 6/19 na comissão especial da Câmara que analisou o mérito da proposta, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), incluiu em seu parecer uma nova regra de transição que estabeleceu pedágio de 100% do que faltar na data da promulgação da futura emenda constitucional para atingir o tempo de contribuição de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres. Essa regra de transição é válida para os setores público e privado e exige idade mínima de 60 anos para os homens e 57 anos para as mulheres. (Agencia Brasil)

Defesa pede acesso à investigação contra sargento da Aeronáutica

A defesa do sargento da Aeronáutica Manoel Silva Rodrigues entrou na sexta-feira (12) com pedido de habeas corpus no Superior Tribunal Militar (STM) para ter acesso à investigação aberta no Brasil contra o militar. No dia 25 de junho, Rodrigues foi preso em Sevilha, na Espanha, com 39 quilos de cocaína, quando passava pelo controle alfandegário.

O advogado Carlos Alexandre Klomfahs, responsável pelo caso, sustenta no tribunal militar que não conseguiu ter acesso à investigação militar que está em andamento na Aeronáutica. O caso deve ser analisado pelo vice-presidente do STM, ministro José Barroso Filho. No Brasil, os fatos também são investigados pela Polícia Federal (PF).

Quando foi preso, o sargento havia partido do Brasil em missão de apoio à viagem presidencial ao Japão para a reunião do G20, integrando a tripulação que ficaria em Sevilha. O sargento foi acusado pelas autoridades espanholas por crime contra a saúde pública, categoria em que se encontra o tráfico de drogas.

De acordo com a FAB, o inquérito para apurar o episódio deve ficar pronto em até 40 dias. O resultado deve ser encaminhado ao Ministério Público Militar (MPM), que poderá, então, abrir uma denúncia-crime contra o sargento da Aeronáutica. (Agencia Brasil)

DEUS SEJA LOUVADO

SALMOS 119:105

LÂMPADA PARA OS MEUS PÉS É TUA PALAVRA E LUZ, PARA O MEU CAMINHO.

EV.MAURICIO PICAZO GALHARDO

É o processo democrático", diz ministro sobre liberação de emendas

O ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, disse que não vê ilegalidade na liberação de emendas parlamentares pelo governo federal, feita antes da votação da reforma da Previdência na Câmara. Ramos assumiu o cargo no dia 4 e, entre outras atribuições, está responsável pela articulação política do governo. Na sexta-feira (12), ele reuniu jornalistas para um café da manhã no Palácio do Planalto.

Ramos explicou que existem as emendas parlamentares impositivas, em que o governo é obrigado a destinar os recursos para o projeto indicado pelo deputado ou senador, e as não impositivas, que são os recursos que a União tem para serem distribuídos, "que podem ser liberados em um momento crucial ou posteriormente". Segundo ele, não foi criada nova despesa com os recursos liberados nesta semana.

Sobre as críticas de que a liberação de emendas é um recurso da velha política do "toma lá, da cá", Ramos disse que "não existe nova ou velha política, política é política", e que as críticas são feitas para dividir e "gerar calor" no momento. "É o processo democrático", disse ele, explicando que isso era prática de governos passado, mas que agora está tudo "transparente, ninguém escondeu".

De acordo com o ministro, os deputados usam os recursos para atender às necessidades de suas bases eleitorais, da população que o elegeu e que é preciso, sim, haver o controle para que tudo seja aplicado corretamente e que não haja desvios.

Previdência

O ministro Luiz Eduardo Ramos reconheceu o mérito da Câmara na aprovação do texto-base da reforma da Previdência, na última quarta-feira (10), e disse que o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez discurso de estadista após a votação, que buscou o entendimento na articulação da matéria. Desde quinta-feira (11), os deputados se concentram na votação dos destaques, que são propostas de mudanças. "Independentemente dos destaques, foi uma vitória significativa", disse.

De acordo com Ramos, o presidente Jair Bolsonaro foi corajoso em enviar a proposta da nova Previdência ao Legislativo e respeitou a independência dos Poderes, mas, segundo o ministro, "ruídos e diferenças de opiniões sempre acontecem". "Não é um momento complicado, é um momento maravilhoso de ajudar o Brasil", disse. "Poderia ser melhor, mas é a possível, é a reforma que a democracia construiu."

Ramos disse hoje que se reuniu com as bancadas evangélica e do agronegócio, mas que ainda está iniciando o trabalho de articulação política e não está "com intenção de construir base" para o governo no Congresso. "Me sinto privilegiado em ser a ponte entre Executivo e Legislativo", disse. "Vou buscar intensamente o diálogo."

Novo embaixador

Sobre a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro nomear seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), embaixador do Brasil nos Estados Unidos, o ministro Luiz Eduardo Ramos disse que Bolsonaro tem esses momentos em que manifesta suas intenções, mas que é preciso aguardar os acontecimentos. "É direito manifestar suas intenções", disse.

De acordo com Ramos, a possível indicação não contraria a lei, pois já houve indicações de políticos para embaixadas, como o ex-presidente Itamar Franco, embaixador do Brasil em Portugal em 1995. Para o ministro, entretanto, o anúncio poderia ter sido feito na semana que vem ou durante o recesso parlamentar, já que isso gerou ruídos durante a votação dos destaques da reforma da Previdência na Câmara. "Acabaram se utilizando disso. Vários deputados citaram a nomeação, que não tinha nada a ver com a votação", afirmou.

Em transmissão de vídeo ao vivo hoje, em sua página no Facebook, o presidente Jair Bolsonaro disse que vai esperar o momento certo para decidir se vai indicar ou não o filho Eduardo para o cargo. "Foi aventada, sim, essa possibilidade. O garoto fala inglês, espanhol, tem vivência no mundo todo e é amigo da família do [presidente dos Estados Unidos] Donald Trump", disse.

O presidente afirmou que a indicação não seria nepotismo e destacou a experiência do deputado na área internacional e, ainda, sua atuação como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. "Ele quer o desenvolvimento para o Brasil, não é um aventureiro", disse. Bolsonaro reforçou ainda que a decisão de aceitar a função cabe ao filho e que a indicação também depende da aprovação do Senado Federal. "Se meu filho for sabatinado no Senado, ele se sairia muito bem." (Agencia Brasil)

Justiça bloqueia R$3 milhões da CSN diante de riscos de barragem

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) informou na sexta-feira (12) que obteve uma liminar favorável ao bloqueio de R$3 milhões da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Conforme decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a mineradora está impedida de movimentar o montante como forma de garantir a implementação de medidas necessárias diante da falta de segurança apresentada pela barragem Casa de Pedra, em Congonhas (MG).

A verba, no entanto, é inferior ao pleiteado. O MPMG havia pedido o bloqueio de R$20 milhões e defendeu que esse valor era necessário levando em conta o histórico da mineradora no descumprimento de acordos e decisões judiciais. Entre elas, está uma liminar proferida em maio pelo TJMG obrigando a CSN a alugar um imóvel para uma creche que está desativada desde fevereiro por se localizar muito próxima da estrutura.

"A última pendência que faltava era que a prefeitura indicasse um prédio em condições de receber a creche. A prefeitura repassou essas informações à Justiça no dia 27 de junho. No entanto, a nosso sentir, a CSN está procrastinando em atender à determinação judicial", avalia em nota o MPMG. Conforme a liminar, os R$3 milhões bloqueados vão garantir o aluguel do imóvel que vai receber a nova creche e também possibilitará o custeio do transporte das crianças até a nova unidade. "Na decisão, a juíza Flávia Mattos autorizou o município de Congonhas a promover a locação e a elaboração de um projeto de reforma", diz o MPMG.

Procurada pela **Agência Brasil**, a CSN informou em nota que prioriza o bem-estar das comunidades e está aberta ao diálogo. A mineradora disse ter proposto à Justiça que a Fundação CSN, seu braço institucional para questões relacionadas à responsabilidade social, assuma gratuitamente o funcionamento da creche. "A companhia entende que essa alternativa representa a melhor solução para que as crianças retornem às aulas e à rotina rapidamente. Além disso, a CSN Mineração entende que não há necessidade de alteração de endereço do local".

De acordo com a mineradora, a barragem Casa de Pedra não representa risco à população e utiliza o método a jusante, considerado mais seguro e diferente do método a montante adotado nas estruturas que se romperam em Mariana e em Brumadinho. "A companhia possui laudos que atestam a segurança de suas estruturas. Os mais recentes, emitidos por uma empresa independente em 11 de março de 2019, declaram a estabilidade e o controle de riscos das barragens administradas pela CSN. Somente neste ano, foram feitas seis fiscalizações de órgãos como a Agência Nacional de Mineração (ANM). Em todas, foi atestado que a empresa está seguindo os procedimentos necessários para que suas barragens continuem estáveis e nenhuma anormalidade foi encontrada", acrescenta a nota.

Funcionamento definitivo

Além da creche, uma escola também precisou ser desativada e está funcionando de forma improvisada em outra localidade. As duas instituições atendem mais de 200 crianças e adolescentes. Quando solicitou o bloqueio dos R$20 milhões, o MPMG também indicou a necessidade de garantir que a CSN construa novos edifícios onde a creche e a escola deverão funcionar de forma permanente.

Informações obtidas junto ao governo estadual também teriam revelado autuações ambientais que foram ignoradas. "A CSN teria descumprido algumas medidas que deveriam ter sido adotadas, como a apresentação de informações referentes à segurança de barragens e ainda não teria feito o cadastro de barragem. Em razão disso, a mineradora teria sido multada", diz o MPMG.

O MPMG chegou desenvolver tratativas extra-judiciais com a CSN para resolver a situação. Sem avanços nas negociações, uma ação civil pública foi ajuizada em maio na qual foi pedido o aluguel de novos imóveis para a creche e a escola, além de outras medidas de proteção dos moradores do entorno da barragem.

Na ocasião, o MPMG alegou que a estrutura já teria mostrado vulnerabilidade, sobretudo nos anos de 2013, 2014 e 2017, e que um eventual rompimento faria com que uma onda de lama alcançasse em até 30 segundos os bairros Cristo Rei e Residencial Gualter Monteiro. Nestas localidades há cerca de 600 residências e vivem aproximadamente 2,5 mil moradores. O MPMG quer que a CSN arque com um pagamento mensal para famílias que desejam se mudar por medo de um rompimento. A Justiça mineira ainda não proferiu sua decisão diante desta solicitação.

Evacuações

A discussão em torno dos riscos aos quais estão expostos moradores de Congonhas é a mesma que ocorre em pelo menos outras seis cidades. Desde o rompimento da barragem da Vale em 25 de janeiro que deixou mais de 240 mortos no município de Brumadinho (MG), as incertezas em relação à segurança de diversas outras estruturas da mineração localizadas em Minas Gerais têm obrigado moradores a deixarem suas casas.

As evacuações afetam mais de mil pessoas. Cabe às mineradoras responsáveis arcar com os custos para abrigá-las em hotéis ou em imóveis alugados. De acordo com o MPMG, elas também têm direito a indenizações por danos morais. Em Brumadinho, onde ocorreu a tragédia, quase 300 pessoas ainda estão fora de suas casas. Riscos de rompimento de outras estruturas da Vale também já fizeram áreas serem evacuadas nas cidades mineiras de Nova Lima, Ouro Preto, Rio Preto e Barão de Cocais. Em Itatiaiuçu (MG), moradores precisaram sair de suas residências devido à insegurança de uma barragem da Anglo American.

No último sábado (6), a Defesa Civil de Minas Gerais autorizou o retorno de 49 moradores às suas casas em uma área de Nova Lima que havia sido evacuada em 20 de fevereiro. O local estava ameaçado pelo risco de rompimento da barragem Vargem Grande, de responsabilidade da Vale.

As famílias já esperavam o aval para voltar aos imóveis desde o início do mês passado, quando a mineradora concluiu algumas intervenções que permitiram a redução do nível de emergência da estrutura de 2 para 1. Há duas semanas, a Vale havia informado que estava concluindo reparos nos imóveis e nos acessos, uma vez que a área estava inacessível há mais de quatro meses. Na terça-feira (9), a Vale divulgou nota afirmando que está prestando apoio a todos os atingidos. "As famílias receberam auxílio emergencial de R$ 5 mil por grupo familiar, além de eletrodomésticos, móveis, cesta básica, cobertores, lençóis e materiais de higiene", diz o texto. (Agencia Brasil)

Câmara mantém regras sobre cálculo da pensão por morte na reforma

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou na sexta-feira (12), por 328 votos a 156, o destaque do PT à proposta de reforma da Previdência (PEC 6/19) que pretendia excluir do texto a regra de cálculo da pensão por morte. Dessa forma, está mantido no texto a regra que define um benefício de 50% da média do salário da ativa ou da aposentadoria mais 10% por dependente - que não revertem aos demais se a pessoa deixar de ser pensionista.

Na quinta-feira (11) parlamentares aprovaram uma proposta que aumenta a aposentadoria de trabalhadoras da iniciativa privada e permite o recebimento de pensão por morte em valor inferior a um salário mínimo. Pelo destaque analisado nesta tarde, deputados queria retirar integralmente a regra da PEC.

Pelo texto-base, um trecho permitiria ao pensionista receber menos de um salário mínimo se alguém na família tivesse outra fonte de renda. Agora, a renda que contará para o cálculo da pensão será apenas do viúvo ou da viúva. Caso o pensionista tenha um salário formal, receberá apenas 60% do salário médio do cônjuge falecido, mas, se perder a renda e cair na informalidade, a pensão automaticamente subirá para um salário mínimo.

De acordo com o Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, a pasta editará uma portaria para tornar automático o valor de um salário mínimo de pensão, caso o viúvo perca o emprego. Hoje, o pensionista precisa comprovar a perda da fonte de renda. Ele também disse que posteriormente pretende enviar um projeto de lei complementar para viabilizar o acordo.

Foto: Marcelo Camargo/ABr

Câmara *retoma votação de destaques da reforma da Previdência*

Discussão

Para o vice-líder da minoria, deputado Afonso Florence (PT-BA), o trecho da reforma prejudicará as viúvas mais pobres do país. Segundo parlamentar, o anuário estatístico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aponta que mais de 60% dos benefícios concedidos estão na faixa do salário mínimo. Para Florence, a alternativa seria tratar por meio de um projeto de lei a parte a limitação de benefícios maiores.

"Qual é o argumento do Governo, do Relator? Há benefícios muito altos dos ricos. Por isso, está cortando de quem vai receber benefício do salário mínimo. O benefício que seria salário mínimo vai virar metade do salário somado a 10% por dependente. A viúva, em vez de receber o salário mínimo, vai receber metade do salário mais 10%. É um escândalo o que está se fazendo. A pretexto de não se permitir a acumulação dos mais ricos, das mais ricas corta-se o benefício da viúva pobre.

Ao indicar para relejição do destaque, o líder do partido Novo, deputado Marcel Van Hattem (RS), argumentou que a proposta pode gerar um impacto negativo na estimativa de economia que será gerada pela reforma e, portanto, deveria ser derrubada em nome da responsabilidade fiscal.

"[Temos que] demonstrar que queremos que a reforma da previdência seja a mais íntegra possível, próxima àquela proposta pelo Ministério da Economia e de acordo com aquilo que os 379 parlamentares votaram na última quarta-feira para dar ao Brasil, de fato, uma nova previdência e um novo momento", disse. (Agencia Brasil)

Cartilha orienta pais sobre transporte correto de crianças em veículos

O Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) lançam na próxima semana uma cartilha para ajudar pais e responsáveis a colocar crianças no carro de maneira correta, sem prejuízos à saúde.

Segundo a cartilha, crianças devem sempre que possível ser transportadas no banco traseiro dos veículos automotores e preferencialmente ocupar a posição central nesse banco. Caso o veículo não tenha cinto de três pontos na posição central do banco traseiro, o dispositivo de retenção infantil deverá ser instalado nas posições do banco de trás onde houver esse cinto. O airbag do passageiro deverá ser desativado quando o veículo transportar crianças no banco da frente.

"Esses equipamentos foram projetados para dar mais segurança aos usuários em casos de colisão ou de desaceleração repentina. Conforme mostram os números, eles têm sido fundamentais para salvar milhares de vidas ao longo destes anos", diz o primeiro vice-presidente do CFM, Mauro Ribeiro.

A cartilha conta com orientações do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo Antônio Meira Júnior, diretor da Abramet e um dos idealizadores do livreto, os médicos são profissionais fundamentais para recomendar a forma apropriada de conduzir uma criança em um veículo.

A cartilha completa pode ser consultada na internet. (Agencia Brasil)

Deve chover até domingo em área de barragem na Bahia

Deve chover no nordeste baiano, próximo à divisa com Sergipe, cair até domingo (14), dificultando o escoamento das águas que inundam desde quinta-feira (11) o município de Coronel João Sá, onde 500 pessoas estão desalojadas após o transbordamento e o rompimento da barragem Quati, no rio do Peixe.

A informação sobre previsão do tempo é do secretário de Comunicação de Coronel João, Valdomiro da Conceição Jr. Segundo o secretário, "o problema é o transtorno que causa. A chuva não para. Fica difícil o trabalho dos bombeiros e da Defesa Civil".

De acordo com o governo da Bahia, a barragem foi construída pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional e entregue em novembro de 2000 à Associação de Moradores da Comunidade de Quati.

A barragem forma açude de multiuso, inclusive abastecimento e irrigação na época da seca. Segundo o secretário Valdomiro Jr, a barragem tinha cerca de 200 metros de largura e 20 metros de profundidade.

Por falta de informações dos órgãos estaduais, a obra não consta da última edição do *Relatório de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Águas*. Segundo o documento, "não há nenhum ato de autorização, outorga ou licenciamento em 42% das barragens [de todo o país], e em 76% dos casos não está definido se a barragem é ou não submetida à PNSB [Política Nacional de Segurança de Barragens] por falta de informação".

O município iniciou campanha pedindo doações por meio de depósito no Banco do Brasil (agência 3913-6; conta-corrente 16.000-8). O CNPJ do município, necessário para transferências a partir de outros bancos, é 14.215.818/0001-36. (Agencia Brasil)

Operação São Paulo Mais Seguro bate recorde de apreensão de drogas

Na sexta-feira (12), a Polícia Militar divulgou o balanço da 17ª edição da Operação São Paulo Mais Seguro, deflagrada na quinta-feira (11) em todo o Estado. A ação teve o objetivo de garantir a continuidade da redução dos indicadores criminais, aumentando a presença ostensiva para melhorar a percepção de segurança das pessoas e combater o crime.

A iniciativa resultou em 30.941 abordagens, sendo 167 pessoas presas e/ou apreendidas e 67 foragidos capturados. Também houve a apreensão de cerca de três toneladas drogas. Os entorpecentes estavam em grande parte em uma casa no bairro Jardim Mariza, na zona sul da capital. Após averiguarem uma denúncia, os policiais encontraram maconha e drogas sintéticas. No local, não havia ninguém e o caso foi registrado no 33º DP (Piritiba).

A operação teve a mobilização de 19.466 policiais militares, com o emprego de 8.158 viaturas e 13 helicópteros, distribuídos em 1.915 pontos. As equipes permaneceram em locais estratégicos, apontados pelo serviço de inteligência da PM, para sufocar possíveis ações de criminosos.

Mais de 25 mil veículos foram vistoriados, com a autuação de 97 motoristas por consumo de álcool ou se recusar a passar pelo teste do bafômetro. A Polícia Militar também recuperou 46 veículos produtos de roubo ou furto e retirou das ruas 12 armas de fogo ilegais.

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

UNILEILÕES
LEILÃO de IMÓVEL — Finep
LEILÃO ON-LINE - DATA: 15/08 às 10:00
Gleba de 25.000 m² (Zoneamento ZR5), em Descansópolis
L.M R$ 137.500,00
FABIANA CUSATO - Leiloeira Oficial - JUCESP 619 - F: 5041-5278
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MAIS INFS: www.unileiloes.com.br

Rumo Malha Central S.A.
(Em Constituição)
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Em 16/04/2019, às 14h, na sede social da Companhia. **Mesa:** João Alberto Fernandez de Abreu, Presidente; Beatriz Primon de Oneles Ceneza, Secretária. **Presença:** Totalidade. **Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** Em observância ao disposto no Artigo 21, do Estatuto Social da Companhia, conforme proposta apresentada pelo Diretor Presidente, Sr. João Alberto Fernandez de Abreu, resolvem os Conselheiros aprovar a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral a ser realizada em 2022: **a)** Sr. **João Alberto Fernandez de Abreu**, para as funções de Diretor Presidente; **b)** Sr. **Ricardo Lewis**, para as funções de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **c)** Sr. **Eduardo Pellegrina Filho**, para as funções de Diretor de Gente; e **d)** Sr. **Darlan Fábio De David**, para as funções de Diretor de Produção. Adicionalmente, a Companhia informa que todos os Diretores ora designados **(i)** são domiciliados profissionalmente na Rua Emílio Bertolini, 100, Cajuru, CEP 82.630-020, Curitiba, Paraná; **(ii)** exercerão o mandato a expirar na AGO de 2022, conforme previsão do artigo 16, § 2º, do Estatuto Social; e **(iii)** tomam posse, nesta data, em seus cargos mediante termo lavrado no livro próprio, após declaração de que não são impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou pena criminal que veda, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, em observância às disposições do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Nada mais. São Paulo, 16/04/2019. João Alberto Fernandez de Abreu - Presidente; Beatriz Primon de Oneles Ceneza - OAB/PR nº 59.565 - Secretária. **JUCESP** nº 252.175/19-0 em 09/05/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Rumo Malha Central S.A.
(Em Constituição)
Extrato da Ata de Constituição

Aos 16/04/2019, às 14h, na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 1, Cajuru, Curitiba/PR, a **Rumo S.A.**, CNPJ nº 02.387.241/0001-60, NIRE 41.300.019.886 e neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, através de seu Vice-Presidente de Operações da Malha Norte e Malha Paulista, Sr. **Durlan Fábio De David**, RG nº 70.748.088-62 CPF/MF nº 475.017.239-72, e por seu Vice-Presidente de Operações da Malha Sul e Malha Oeste, Sr. **Daniel Rockenbach**, RG/SSP/DF nº 50.177.087-92, CPF/MF nº 465.817.230-53, resolve **constituir** uma sociedade por ações, nos termos do artigo 251 da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"), a ser denominada **Rumo Malha Central S.A.** ("**Nova Companhia**") cujo capital será de R$5.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição de R$1,00 cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pela Rumo, nos termos do boletim de subscrição. Estabelecer também o Estatuto Social da Nova Companhia. Resolve por fim, eleger os membros para compor o Conselho de Administração da Nova Companhia **(i)** Sr. **João Alberto Fernandez de Abreu**, RG nº 008942001 37 DIC/SI e CPF/MF nº 006.334.767-90, para as funções de Presidente do Conselho de Administração; **(ii)** Sr. **Daniel Rockenbach**, RG/SSP/RS nº 9017108 7-6 | CPF/MF nº 465.817.230-53, para as funções de membro efetivo do Conselho de Administração; e **(iii)** Sr. **Pedro Marcus Lira Palma**, RG/SSP/PE nº 4.421.053, CPF/MF nº 018.547.764-01, para as funções de membro titular do Conselho de Administração. Consignar que **(i)** nos termos do artigo 147 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 367/02, os Conselheiros eleitos acima declaram desde já não estar sob qualquer restrição que os impeçam de exercer as funções de administrador da Nova Companhia, tomando posse em seus cargos mediante termo de posse lavrado em livro próprio; **(ii)** que o mandato dos conselheiros eleitos se encerrará na AGO que aprovar as demonstrações financeiras da Nova Companhia no exercício findo em 31/12/2021. Nada mais. **Rumo S.A.** Durlan Fábio De David - Vice-Presidente de Operações da Malha Norte e Malha Paulista; Daniel Rockenbach - Vice-Presidente de Operações da Malha Sul e Malha Oeste; Conselheiros eleitos: **João Alberto Fernandez de Abreu, Daniel Rockenbach, Pedro Marcus Lira Palma**. Visto do Advogado: **Beatriz Primon de Oneles Ceneza** - OAB/PR nº 59.565. **JUCESP/NIRE S.A** nº 353003359 4 em 09/05/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014436-44.2014.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Mário Dacciache, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) GILSON INÁCIO SEVERO, Brasileiro, Empresário, RG Nº 568.508-4, CPF Nº 131.550.773-53, com endereço à Rua Doutor José Manoel de Freitas, 48, Parque Boturussu, CEP 03804-180, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Auto Posto Guairacá Ltda, alegando em síntese: Que no email em favor da autora os cheques ns. 000015, 000016, 000017, 000014, 000010 e 000019, da conta corrente n. 001663-3, agência 0786, do Banco Santander S/A, nos valores de R$ 500,00, R$ 500,00, R$ 500,00, R$ 550,00, R$ 550,00 e R$ 300,00. Ocorre que ao serem apresentados para pagamento, os títulos não compensaram, sendo devolvidos por insuficiência de fundos. Face o exposto, a autora é credora do réu da importância líquida de R$3.300,00. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de junho de 2019. 13 e 16 / 07 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010876-46.2018.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Antonio Maresur Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ANDRÉS EDUARDO VARGAS VIDALES, CPF 23622359803, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, objetivando a quantia de R$ 11.524,31 (março/2019), representada pelo Contrato de Financiamento nº 2002801307 2. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de julho de 2019. 13 e 16 / 07 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 MÊS. PROCESSO Nº 1010813-98.2016.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). CESAR AUGUSTO FERNANDES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) 1) RC 7 COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME, CNPJ 11.171.935/0001-57, por seu representante legal; 2) VALDECI BEZERRA FILHO (ESPOLIO), CPF 275.986.918-00, na pessoa de seu Inventariante e/ou herdeiros e sucessores; e 3) CINTIA ALVES PINA, Brasileira, Empresária, CPF 365.586.338-17 que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Itaú Unibanco S/A, objetivando a quantia de R$ 206.418,92 (outubro de 2016), representada pela Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito em Conta Corrente registrada sob o nº 11173 - 0001665033 4262. Estando o(a)(s) executado(a)(s) em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital para, no prazo de 03 dias, paguem a dívida reclamada, atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios do(a) exequente arbitrados em 10% sobre o valor atualizado do débito. Efetuado o pagamento, os honorários serão reduzidos pela metade (art.827, § 1º, CPC.); ou, em 15 dias, embarguem(m) a execução reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas, honorários de advogado, e requerer o pagamento do débito em até 06 parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% ao mês (art. 916, CPC.), a fluirem após o prazo supra, sob pena de revelia, caso em que será nomeado curador especial, prosseguindo o feito até satisfação da dívida. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de junho de 2019. 13 e 16 / 07 / 2019

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE 35.300.418.514
Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A.

A Gaia Agro Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 8.4 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão, firmado em 22 de dezembro de 2014 ("Termo de Securitização"), convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRA" e "CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 a se realizar, em segunda convocação, no dia 31 de julho de 2019, às 10:30, na sede da Emissora acima mencionada, para deliberar a seguinte Ordem do Dia: (1) desdobramento dos CRA na proporção de 1 para 768, com o intuito de aumentar a liquidez dos CRA, sobretudo em consideração à alteração trazida pela Instrução 554 da Comissão de Valores Mobiliários referente ao artigo 9º-B que trouxe novos critérios para o Investidor Qualificado, e; (2) as medidas que deverão ser adotadas pela Emissora e Agente Fiduciário em razão da relação de pendências documentais e obrigações conforme a relação que será apresentada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário na data que vier a ser instalada a assembleia ora convocada. Para a convocação retro citada, os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRA, na sede da Emissora, endereço retro indicado, com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício de tempo, os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail juridico@grupogaia.com.br; e ger1_agente@oliveiratrust.com.br.

São Paulo, 08 de julho de 2019. **GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.**

CLIR Empreendimento Imobiliário - SPE S.A
CNPJ: 16.833.685/0001-97 - NIRE: 35.300.512.391
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas convocados para se reunirem em AGE na sede social, Rua Tabapuã, 500, 11º andar, CEP 04533-001, São Paulo/SP no dia 23.07.2019, 9hs em 1ª convocação com a presença de acionistas que representem a maioria do capital social ou as 9:30hs, em 2ª convocação com qualquer número de presentes para tratar da seguinte ordem do dia: a) Redução do capital social de R$ 95.684.676,00 em R$ 16.714.874,00, mediante cancelamento de 16.714.874 ações sendo a redução correspondentes a igual número de ações dos grupos de ações 9 e 11 (3.411.181 ações cada um dos dois grupos), 20 e 21 (5.667.042 ações cada um dos dois grupos) e 28 (2.558.428 ações) vinculadas aos galpões 9, 11, 20, 21, e 28, respectivamente, sendo essas ações de titularidade dos acionistas Rio Formoso Negócios e Participações Ltda. (9), Habibi Participações Ltda. (11), Saigh Administração de Bens Próprios EIRELI (20 e 21) e IMGTS - Administração de Bens Próprios Ltda. em conjunto com Stock It Administração de Bens Próprios Ltda. (28); b) aprovação da entrega aos acionistas dos galpões respectivos e ações indicados, vinculados aos grupos de ações cancelados, em pagamento do valor de suas ações, através da competente escritura pública; c) autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à formalização dos atos acima mencionados, e; d) consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social adaptando-o ao novo capital social de R$ 78.969.802,00 e sua vinculação aos 26 grupos de ações remanescentes. São Paulo, 26.06.2019. CLIR - Empreendimento Imobiliário - SPE S/A - Bernardo Nobel Firsh -Diretor.

FALECIMENTO

Em conformidade à Lei nº 8.501/92 e Item 96.3 das Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, comunica-se a quem possa interessar que um cadáver, até a presente data não reclamado, grupo étnico branco, medindo 1,70 m de comprimento, 62 anos, foi como **SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA**, com as respectivas vestes, está sob a guarda da **FACULDADE SANTA MARCELINA - CURSO DE MEDICINA**, para eventual reconhecimento. O falecimento ocorreu no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, na Capital de São Paulo, à R. Dr. Cesário Mota Júnior, 112, Vila Buarque, em 11/06/2019. Informações na Faculdade com o responsável, Sr. Thiago Ranzani da Costa, ou 2º e 8º feiras, no Instituto de IML (Rua Teodoro Sampaio, 1175) 2217-9191 r. 9105. A lavratura do assento do óbito será realizada no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do 7º Subdistrito - Consolação - da Comarca da Capital de São Paulo. **Declaração de Óbito: 289470123-3.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0030377-85.2013.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Michel Chakur Farah, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) LEANDRO RODRIGUES DE OLIVERA, (CPF 290.667.578-41) e LUCAS DE OLIVERA SILVA MERCADO - ME, (CNPJ 10.517.958/0001-08), que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco do Brasil S/A, objetivando a cobrança do valor de R$ 133.498,72, atualizado até 07/2013, referente ao contrato de abertura de crédito - BB Giro Empresa Fex nº 189.503.677 firmado em 13/07/2012. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuem o pagamento da quantia devida, bem como o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, hipótese em que ficarão isentos do pagamento de custas processuais ou ofereçam embargos em igual prazo, sob pena de, decorrido prazo, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, ser constituído em título executivo judicial Não sendo apresentada resposta, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2019. 13/07/2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013434-56.2016.8.26.0009. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudia Sarmento Monteleone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) CLESIVALDO ALVES CAVALCANTE, RG 38.686.379-32, CPF 386.061.193-34, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Elétrica Comercial Andra Ltda, visando ao recebimento da quantia de R$ 2.841.00 (original), representada pelos cheques nº AA000045 e AA000048, Banco 341, Agencia 8867, Conta Corrente 01323-0, emitidos em 20/01/2012, ambos no mesmo valor de R$ 1.420,50, devolvidos por insuficiência de fundos pelas alíneas 11 e 12. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada, devidamente atualizada e honorários advocatícios correspondentes a 5% do valor da causa ou apresente embargos monitórios. Não efetuado o pagamento ou apresentado embargos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de julho de 2019. 13 e 16 / 07 / 2019

EDITAL DE INTIMAÇÃO, Processo Digital nº: 0012892-11.2018.8.26.0001. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários. Exeqüente: BANCO DO BRASIL S/A. Executado: Falik Serviços Eireli e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0012892-11.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Carolina Della Latta Camargo Belmudes, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Falik Serviços Eireli (CNPJ: 09.312.676/0001-95) e Edmara Polizel (CPF: 354.859.998-08), que o exequente, ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial por parte do Banco do Brasil S/A, com o escopo de em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 229.626,07 (maio de 2018). Estando as requeridas em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Decorrido prazo supra sem o pagamento, iniciar-se-á de imediato o prazo de 15 (quinze) dias para que os executados apresentem impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de agosto de 2018. 13/07/2019

vivo LEILÕES ONLINE
Data: 17 de julho de 2019 às 14h00
FRAZÃO Leilões
APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS
CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO
OBS: TODOS OS LOTES SÃO USADOS E SUCATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNCIONAMENTO
Informações pelo telefone: 11-3550-4066, ramal 250, pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br ou www.FrazaoLeiloes.com.br
Carlos Eduardo Luis Campos Frazão – JUCESP nº 751

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1078878-54.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). LUIZ RAPHAEL NARDY LENCIONI VALDEZ, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FLORDENICE DOS REIS RESTAURANTE E SELF - SEVICE, CNPJ 04.578.289/0001-81, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 20.516,02 (abril/2015), corrigidos e acrescido de encargos legais, bem como ao pagamento dos valores correspondentes a todas as faturas de energia elétrica que vierem a ser emitidas, vencidas e inadimplidas, referente ao débito das faturas de fornecimento de energia elétrica do imóvel situado na Av. Ivirapema, nº 110, Parque Bologne, instalação 0116749041, parceiro 0010392899. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 13 e 16/07

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1008525-46.2013.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XII – Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Eduardo Giorgetti Peres, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Speed Acabamentos Ltda. ME, CNPJ.02.282.489/0001-67, na pessoa de seu representante legal, que lhe foi proposta uma ação de Reintegração/Manutenção de Posse por parte de Banco Itaulease(ng S.A, objetivando o veículo marca Marcopolo, tipo Volare W8 ON, cor Branca, ano/modelo 2004/2004, placa DJC 6521, chassi 9BPW12B3P4C213240, assim como a condenação nas cominações legais, haja vista o inadimplemento do contrato de arrendamento mercantil nº 82511-50313063. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de maio de 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0005094-72.2013.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Andrea Alves de Souza, Venessa Alves de Souza e Vinicius Alves de Souza, que lhes foi proposta uma ação de Reintegração / Manutenção de Posse por parte de Banco Itaú BBA S.A, objetivando os veículos marca Chevrolet, modelo PT Cruiser Limited, ano 2005, placa DRC1709, chassi 3C8FY68B95T617678, bem como a condenação dos réus nas cominações legais, haja vista o inadimplemento do contrato de arrendamento mercantil nº 82602-345667298. O veículo foi reintegrado ao autor em 20.04.2015. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de outubro de 2018.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001049-45.2017.8.26.0008. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. Claudio Pereira França, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Marco Aurélio de Barros**, **CPF 279.916.908-22** que lhe foi proposta uma ação de **Execução de Título Extrajudicial** por parte de **Itaú Unibanco S/A**, objetivando a cobrança da quantia de R$ 55.858,92 (agosto/2018), referente ao inadimplemento da cédula de crédito nº 30419-755914884. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por EDITAL, para em 03 dias efetuar o pagamento integral da dívida atualizada, ocasião em que o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade ou oferecer bens (suficientes) à penhora, sob pena de penhora de bens e sua avaliação; podendo, no prazo de 15 dias, oferecer embargos, ambos a fluir após o prazo de 20 dias desde edital. No prazo para embargos, poderá o executado requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 916, do CPC. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 dias do mês de maio de 2019. 13 e 16.07.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1078878-54.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARINA NASCIMENTO DOS SANTOS NUNES, Brasileiro, Viúva, RG1961483, CPF 099.891.888-15, com endereço à Rua das Primulas, 17, Mirandopolis, CEP04052-090, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Renovatória de Locação por parte de Planificadora União Paulista Ltda Epp. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de julho de 2019. 13 e 16/07

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 439 São Paulo, 13 a 19 de julho de 2019

Nacionais

Início das vendas do HR-V Touring

A Honda anuncia o início das vendas do HR-V Touring 2020. A versão chega ao mercado ainda mais completa, com a adoção de equipamentos inéditos ao modelo, como teto solar panorâmico, Honda LaneWatch, bem como o eficiente motor 1.5 Turbo de 173 cv, dentre outras novidades.

As demais versões do SUV mais vendido da marca no Brasil trazem novos equipamentos de conforto e comodidade, oferecendo um modelo ainda mais completo para seus consumidores.

Na linha 2020, a versão EXL passa a oferecer os sensores de estacionamento dianteiros e traseiros, bem como uma nova grade frontal com acabamento em black piano, aumentando o refinamento do SUV.

A central multimídia de 7 polegadas touchscreen, com conectividade aos sistemas Apple CarPlay e Android Auto, é a principal novidade para a versão EX, que recebe ainda sensores de estacionamento traseiros. Por meio desta nova central é possível a operação intuitiva de mapas do sistema de navegação do Waze (navegação disponibilizada por meio do Android Auto e Apple CarPlay), além da reprodução de músicas via Bluetooth, por dispositivos portáteis, ou de serviços de streaming (via conexões Bluetooth, Android Auto ou Apple CarPlay).

Por fim, o modelo LX recebe câmera de ré integrada à central multimídia de 5", com três modos de visão, facilitando as manobras e aumentando a visibilidade do condutor.

No design, a dianteira ganha uma nova personalidade, com a adoção de faróis principais e de neblina Full LED – com alta eficiência luminosa em diferentes condições de rodagem –, bem como uma nova grade frontal, com acabamento em black piano, que complementam o visual robusto e sofisticado do HR-V.

O inédito teto solar panorâmico da versão Touring – o primeiro do tipo oferecido em um modelo da marca no Brasil - aumenta a sensação de espaço e luminosidade para os ocupantes dos bancos dianteiros e traseiros, bem como agrega um estilo único ao HR-V, combinado a nova antena em formato barbatana, itens exclusivos da versão Touring.

Na parte traseira, o logotipo "Turbo" e o

sistema de escapamento em inox com duas saídas completam o design do HR-V e a sofisticação da versão Touring.

O interior refinado da família HR-V, reconhecido pela qualidade dos materiais, uso inteligente do espaço e pela sofisticação, ganha um toque adicional de estilo na versão Touring, recebendo os ocupantes em um ambiente único. Essa versão passa a ter – de acordo com a cor externa – a opção de acabamento na cor cinza claro ou preto para bancos – revestidos em couro – laterais de porta, console central e painel. Costuras duplas nas laterais de porta também são exclusivas do modelo Touring.

Equipado com a tecnologia Smart Entry, o HR-V Touring permite a abertura do modelo sem o uso da chave, por aproximação, enquanto o botão de partida torna ainda mais cômoda a operação do veículo. Equipado com sensores de estacionamento dianteiros e traseiros, câmera de ré – com três modos de visualização - e o exclusivo sistema Honda LaneWatch, o HR-V Touring permite visibilidade total em manobras e durante a condução.

O sistema Honda LaneWatch é composto de uma câmera instalada no retrovisor direito, que amplia o ângulo de visão do motorista além do proporcionado pelo espelho retrovisor, eliminando pontos cegos e projetando essa imagem ampliada no sistema multimídia, ao se acionar a seta, ou mesmo ao pressionar um botão na alavanca. Com isso, o condutor passa a ter muito mais segurança em mudanças de faixa e mais comodidade em manobras. O HR-V Touring traz ainda equipamentos exclusivos, como sensores de chuva e retrovisor fotocrômico automático.

A versão Touring recebe a central multimídia de 7 polegadas touchscreen, com conectividade aos sistemas Apple CarPlay e Android Auto, com navegador GPS integrado ao sistema.

Performance inteligente

Todas as versões do HR-V trazem motores eficientes e que entregam uma combinação ideal de performance e eficiência energética, para diferentes perfis de consumidores. Os modelos LX, EX e EXL do HR-V 2020 são equipados com o motor 1.8 16V FlexOne de até 140 cv na gasolina e 139 cv no etanol, que é combinado à transmissão CVT – com simulação de sete velocidades e aletas para trocas de marchas no volante, nas versões EX e EXL.

A versão Touring, por sua vez, marca a estreia da motorização turbo com injeção direta no HR-V, garantindo alto desempenho e ótima eficiência energética, posicionando-o em um novo patamar. O motor 1.5 de quatro cilindros, que equipa a versão Touring e traz calibragem específica para o HR-V, utiliza turbo de baixa inércia, injeção direta, variação de tempo de abertura das válvulas de admissão e escape (Dual VTC) e válvula wastegate eletrônica, gerando 173 cv a 5.500 rpm, com o torque linear de 22.4 kgfm entre 1.700 rpm a 5.500 rpm.

Este propulsor é acoplado a transmissão continuamente variável (CVT), a mesma adotada no Civic Touring e no CR-V, mas ajustada especificamente para o HR-V Touring, que entrega ampla potência ao longo de toda a faixa de trabalho do motor.

Essa transmissão traz algumas características específicas: função Kick Down, que reduz rapidamente a relação de marcha para permitir uma retomada mais eficiente quando o pedal do acelerador é pressionado até o fim do curso e uma modularidade maior da aceleração em médias rotações, bem como a simulação das sete velocidades com o acelerador à plena carga, aumentando a percepção de performance e reduzindo o ruído de aceleração nesta condição.

O freio motor fornecido pela transmissão CVT do modelo Touring também foi aprimorado, com a simulação de reduções de marcha de forma automática em condições de frenagem brusca, aumentando a eficiência nestas condições.

Outro aprimoramento, já aplicado à transmissão CVT na linha 2019, torna mais progressiva a aceleração nas condições de "anda e para" fazendo com que a rotação do motor não suba excessivamente em situações de aceleração em trânsito, aumentando o conforto para os ocupantes nestas condições.

Para se adequar ao novo nível de desempenho, fruto do motor 1.5 Turbo, o HR-V Touring recebeu uma calibragem específica para o conjunto de suspensão, com novas molas e amortecedores, barra estabilizadora dianteira de maior diâmetro e a adoção da tecnologia Agile Handling Assist (AHA), que aprimora a estabilidade dinâmica do SUV em curvas, aplicando o conceito de vetorização de torque ao modelo.

Revolução no segmento

O HR-V traz, de série em todas as versões, o sistema de rebatimento de bancos Magic Seat, com três modos de utilização: Utility, que permite rebater os bancos traseiros e ter uma superfície verdadeiramente plana para acomodação de bagagens; Tall, que proporciona um espaço para acomodar objetos altos no assoalho do veículo, como um vaso de plantas, elevando o assento dos bancos traseiros e Long, para o transporte de volumes longos como uma prancha de surf, rebatendo também o encosto do banco do passageiro dianteiro.

Todas as versões trazem de série ar-condicionado, freio de estacionamento com acionamento eletrônico e função brake hold, controle de cruzeiro e faróis de neblina (halógeno nas versões LX, EX e EXL e de LED na versão Touring), bem como vidros elétricos com um toque para subida/descida e destravamento do porta-malas por controle. Na segurança, todas as versões são equipadas com controle de tração e estabilidade (VSA), assistente de partida em rampa (HSA) e luzes de frenagem de emergência (ESS).

As versões EX, EXL e Touring trazem ainda ar-condicionado digital touchscreen, airbags laterais, e aletas para trocas de marcha no volante, habilitando a simulação de sete velocidades na transmissão CVT, e volante com revestimento em couro.

Na versão EXL e Touring, oferece bancos revestidos em couro, airbags laterais do tipo cortina, acendimento automático dos faróis, central multimídia de 7" com navegador integrado, bem como espelhos retrovisores com rebatimento elétrico e função tilt down em marcha a ré.

Comercialização

O HR-V é oferecido em quatro versões, LX (R$ 94.400), EX (R$ 101.700) e EXL (R$ 111.900), todas equipadas com o motor 1.8 16V FlexOne de até 140 cv e a renovada versão Touring (R$ 139.900), com o novo motor 1.5 Turbo, com 173 cv. Em todas as variantes, o HR-V adota transmissão CVT – com simulação de sete velocidades e aletas para trocas de marchas no volante, nas versões EX, EXL e Touring.

O modelo está disponível nas cores: Branco Tafetá (sólido), Prata Platinum, Cinza Barium, Azul Cósmico (metálicos), Branco Estelar, Preto Cristal e Vermelho Mercúrio (perolizados). A versão Touring traz interior na cor cinza nas cores Branco Estelar, Cinza Barium e Azul Cósmico. As demais cores trazem interior com acabamento preto.

Motos

Nova Street

A Street Scrambler é uma das motocicletas clássicas modernas mais amadas e autênticas da Triumph. Com atitude off-road, ela foi rapidamente adotada tanto pelo consumidor final como também pelos customizadores. Com uma herança incomparável, que leva ao início de década de 60, a nova Street Scrambler 2019 traz uma outra dimensão de desempenho com um significativo aumento de potência e especificações, nova tecnologia de primeira classe e um nível ainda mais elevado de acabamento e belo detalhamento.

A nova Street Scrambler chegou ao mercado com preço de R$ 43.850, com um conjunto significativo de atualizações importantes, tendo potência e desempenho como prioridades. O motor Bonneville de 900 cc foi atualizado e ganhou 10 cv de potência adicionais, totalizando 65 cv. Esta grande evolução também oferece rotações mais altas, de 500 rpm a 7.500 rpm, que oferece agora 80 Nm de torque a 3.200 rpm. Seu sistema de escapamento traz a inconfundível sonoridade Scrambler.

As atualizações do motor de 900 cc da Street Scrambler incluem, por exemplo, nova tampa de magnésio, novo virabrequim, novos eixos do balanceador, protetor da embreagem otimizado e nova embreagem mais leve. O sistema de aceleração ride-by-wire oferece maior capacidade de pilotagem, segurança e controle. O resfriamento líquido entrega baixas emissões e proporciona uma pilotagem com menor consumo de combustível. Intervalos de serviço altos, de 16 mil km, também ajudam a manter o baixo custo de manutenção do modelo.

Com atualizações no novo chassi e na suspensão, a nova Street Scrambler traz nova pinça do freio dianteiro de quatro pistões Brembo, que fornece melhor potência de frenagem. Os novos garfos dianteiros trazem reforços de borracha com estilo Scrambler e um curso completo de 120 mm, entregando maior capacidade e conforto para estrada e off-road leve.

A Street Scrambler oferece uma posição de comando do piloto com ergonomia confortável e pilotagem neutra acessível. Isto ocorre graças ao seu guidão largo, pedaleiras avançadas e uma roda dianteira raiada de 19 polegadas, com pneus Metzeler Tourance de série.

A Street Scrambler 2019 define uma nova referência para tecnologia de primeira classe em sua categoria, oferecendo: Novos modos de pilotagem "Road" e "Rain", que ajustam o mapa de aceleração e as configurações do controle de tração para uma experiência de pilotagem ideal em todas as condições; Controle de tração comutável que otimiza a entrega do torque quando a tração é comprometida; Freios ABS comutável (On e off-road); Embreagem com auxílio de torque, proporcionando um toque mais leve e uma pilotagem mais confortável para maiores distâncias; Farol traseiro de LED incorporado na configuração minimalista da traseira; Imobilizador instalado como padrão, com transponder incorporado na chave, para segurança máxima; Tomada de carregamento USB localizada sob o assento.

O design atemporal da Scrambler tem como destaques suas linhas limpas icônicas, seu escapamento de alto nível inconfundível, o tanque esculpido, a carroceria minimalista e acabamentos modernos premium. Diversos outros detalhes estéticos contribuem para levar o visual do modelo para um patamar ainda mais elevado, como: Novo grafismo do painel lateral, incorporando a nova marca Triumph; Estilo atualizado de instrumentos, com acabamentos metálicos; Novo acabamento de banco com estilo adventure, em couro durável e material com inspiração têxtil; Garfos dianteiros com espaçamento mais amplo, com para-lama dianteiro, garfo dianteiro e suporte de farol revisados; Tanque de combustível esculpido, incluindo uma tampa de abastecimento com trava e amortecedores de borracha para os joelhos; Tampas do motor em preto com o emblema da Triumph e a insígnia do motor Bonneville; Corpo de acelerador com acabamento em alumínio; Painéis laterais e para-lamas minimalistas; Cabeçote de escapamento escovado; Assento duplo, com espaço intercambiável para o garupa e suporte traseiro de alumínio; Pedaleiras e descanso do garupa removíveis, para durabilidade off-road; Pedal "Bear Trap" em aço de alta aderência para um estilo adventure; Protetor de cárter para todos os tipos de terreno; Montagem de para-lama dianteiro para acomodar uma roda mais larga e espaço para pneus de uso on e off-road.

A nova Street Scrambler está disponível em três esquemas de pintura: Fusion White, Cranberry Red e a cor dupla Kaki Green/ Silver Mate.

Trailblazer Premier 2020 é

O Trailblazer é reconhecido no mercado por ser um utilitário esportivo raiz, pela arquitetura com chassi de alta resistência e pela tração 4x4 com reduzida. Recursos que permitem ao veículo encarar mesmo trilhas mais radicais no fora-de-estrada. Tudo com o maior espaço, conectividade e conforto para até sete ocupantes da categoria.

Para marcar a chegada da linha 2020 do modelo, a Chevrolet apresenta uma novidade: a versão Premier, sinônimo de máxima sofisticação para a marca. O Trailblazer passa a ser ofertado na rede de concessionárias exclusivamente nesta configuração.

Um dos diferenciais competitivos do modelo em relação a competidores diretos está nas tecnologias de conectividade com a oferta do multimídia MyLink com Android Auto e Apple CarPlay, além do sistema de telemática avançado OnStar, que permite ao usuário comandar diversas funções do veículo pelo smartphone. Possibilidade de resposta automática em caso de acidente e bloqueio do motor em caso de roubo são outras funções.

Na linha 2020, nova conveniência para o serviço de concierge, exclusiva para clientes que possuem smartphone Android. Assim, o atendente do OnStar pode enviar indicações de lugares e estabelecimentos diretamente no Waze ou Google Maps na tela do veículo.

O Trailblazer Premier é ofertado em duas opções de motorização: 3.6 V6 (279 cv de potência e 35,7 kgfm de força) e 2.8 Turbo-Diesel (200 cv de potência e 51 kgfm de força) com um sistema que ajuda a reduzir os níveis de ruído e de vibração do veículo. A transmissão para ambos os modelos é automática, de seis marchas.

O SUV de grande porte da Chevrolet além do serviço de notificação automática em

caso de acidente, destaca-se pelo alerta de desvio de faixa, o alerta de colisão frontal, o alerta de ponto cego e o alerta de movimentação traseira.

O pacote de segurança traz ainda airbags frontais, laterais e de cortina e sistema isofix para fixação de cadeirinhas infantis.

Outros destaques do veículo são os controles eletrônicos de tração (TC) e de estabilidade (ESP) e os assistentes de partida em rampas (HSA) e o de descida (HDC).

Vale ressaltar ainda: Acabamento premium da cabine; Acendimento automático dos faróis através de sensor crepuscular; Luz de condução diurna em LED (DRL); Sensor de chuva; Direção com assistência elétrica inteligente; Retrovisor interno eletrocrômico; Partida remota do motor; Câmera de ré com gráficos para auxílio em manobras; Sensor de estacionamento dianteiro; Vidros laterais com mecanismo de abertura e fechamento por meio da chave; Sistema de áudio premium. Ao todo são mais de 120 itens.

Até sete ocupantes

Os até sete ocupantes viajam com muito conforto no SUV de luxo da Chevrolet. São três fileiras de assentos em diferentes níveis de altura, proporcionando ótima visibilidade para todos. Mesmo quem vai acomodado na parte traseira conta com sistema de climatização individual e ajustável.

Há também muito espaço para bagagem. O compartimento do utilitário da Chevrolet vai de 205 litros a 1.830 litros, dependendo da configuração dos bancos.

O modelo tem 4,88 metros de comprimento, 1,90 metro de largura e 2,85 metros de distância entreeixos – maior que a dos principais rivais.

O Traiblazer Premier está disponível nas cores: Vermelho Edible Berries,, Preto Ouro Negro, Cinza Graphite, Branco Summit, Prata Switchblade, Vermelho Chili.

Importados

Novíssimo BMW Z4 no país

O novíssimo BMW Z4, um dos lançamentos do segmento premium nacional mais aguardados para este ano, já pode ser adquirido diretamente na rede de concessionárias BMW do país. Fabricado em Graz, na Áustria, o roadster de terceira geração é oferecido na versão sDrive30i M Sport, por R$ 309.950.

Herdeiro dos roadsters lendários da marca bávara, o novo Z4 é impulsionado por um motor BMW TwinPower Turbo, com quatro cilindros em linha, 1.998 cm³, à gasolina, e 258cv de potência (entre 5.000 e 6.500 rpm) e torque máximo de 400Nm (de 1.550 a 4.400 rpm). O conjunto motriz leva o conversível do 0 (zero) aos 100 km/h em 5,4 segundos e faz com que ele atinja velocidade máxima de 250 km/h. Este desempenho deve-se também à tração traseira e à presença de um câmbio automático esportivo Steptronic, de oito marchas, com alavancas atrás do volante para acionar os engates (shift-paddle).

O caráter exclusivo do novo Z4 também é notado pela presença de tecnologias inovadoras como o Intelligent Personal Assistant, que permite ao usuário interagir com o veículo e executar diversos recursos por meio

do comando de voz "Olá, BMW", dito em português; o BMW Live Cockpit Professional, que engloba Head-up Display colorido e duas telas digitais, de 12,3 polegadas e 10,25"; o Driving Assistant, cuja função é alertar o motorista sobre situações de tráfego cruzado, riscos de colisão traseira, mudanças involuntárias de faixa de rolamento, entre outras aplicações.

Há ainda os sistemas Parking Assistant que auxiliam o motorista a realizar manobras de estacionamento com a máxima precisão e segurança; e o Reversing Assistant, que registram os últimos 50 metros percorridos pelo veículo, podendo, se desejado, "desfazê-los" em marcha a ré. O teto de lona, de cor preta, é acionado eletricamente, podendo ser aberto ou fechado em dez segundos, mesmo com o veículo em movimento, a velocidades de até 50 km/h

INMETRICS S.A.

CNPJ: 04.959.158/0001-44

Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		34.640	37.121	47.298	47.990
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.869	41	4.421	423
Aplicações financeiras	8	10.425	11.259	16.048	11.873
Contas a receber de clientes	9	17.075	15.417	20.893	22.334
Impostos a recuperar		3.601	3.842	4.147	5.309
Depósitos restituíveis		-	-	77	1.442
Despesas antecipadas		1.651	1.462	1.686	1.504
Empréstimos a receber	10	-	5.000	-	5.000
Outras contas a receber		19	100	26	105
Não Circulante		24.507	22.584	15.490	14.965
Depósitos judiciais	18	12	12	12	43
Empréstimos a receber	10	3.716	4.220	3.782	3.647
Investimento em sociedade em conta de participação	10	-	3.000	-	3.000
IR e CS diferidos	11	455	1.555	455	1.555
Outras contas a receber		14	17	56	68
		1.197	8.804	4.304	8.313
Investimento	12	19.683	8.434	1.454	-
Imobilizado	13	3.872	4.455	4.177	4.821
Intangível	14	952	891	9.959	1.814
Total do Ativo		63.344	59.705	67.093	62.955

Passivo	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		21.065	22.510	24.801	25.771
Fornecedores		411	675	466	768
Empréstimos e financiamentos	15	4.427	1.497	4.502	1.548
Obrigações trabalhistas e sociais	16	8.876	8.444	9.412	9.544
Obrigações fiscais		988	969	1.303	1.489
IR e contribuição social		-	-	412	271
Faturamento antecipado	17	4.476	5.282	6.781	6.123
Contas a pagar		260	561	281	185
Dividendos a juros sobre capital próprio		340	850	340	850
Provisões	18	1.304	4.532	1.304	4.933
Não Circulante		11.930	7.233	11.960	7.292
Obrigações fiscais		-	-	30	29
Empréstimos e financiamentos	15	11.244	7.190	11.244	7.190
Provisão para contingências	19	33	43	33	73
Receitas Diferidas		-	653	653	43
Patrimônio líquido		30.349	29.962	30.332	29.962
Capital social	20	24.191	22.213	24.191	22.213
Reserva de lucro	20	6.880	4.978	6.880	4.978
Ajuste de avaliação patrimonial	20	1.163	869	1.163	869
Total do Passivo		63.344	59.705	67.093	62.955

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Capital social Saldo capital social
Saldos em 31/12/2016	20.000	-	20.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Ajuste acumulado conversão	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-
Constituição de reserva estatutária para investimento e capital de giro	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-
Outros	-	-	-
Constituição de Stock Options	-	-	-
Aumento de capital	5.423	(3.210)	2.213
Saldos em 31/12/2017	25.423	(3.210)	22.213
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-
Ajuste acumulado conversão	-	-	-
Subscrição de Capital	-	869	869
Juros sobre capital próprio	-	-	-
Absorção do Prejuízo do Período	-	-	-
Outros	-	-	-
Constituição de Stock Options	-	-	-
Aumento de capital	850	-	850
Aumento de capital - Adesão ao Plano de StockOptions	259	-	259
Saldos em 31/12/2018	26.532	(2.341)	24.191

Demonstrações do resultados

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	22	93.722	112.332	114.284	129.912
Custo dos serviços prestados	23	(78.997)	(80.429)	(90.306)	(101.494)
Lucro bruto		14.725	31.903	23.978	28.418
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(21.367)	(21.468)	(24.116)	(24.150)
Equivalência patrimonial	12	1.606	946	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		496	(120)	496	(120)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		60	3.211	358	4.148
Receitas financeiras	25	1.042	924	1.131	1.267
Despesas financeiras	25	(1.554)	(1.240)	(1.506)	(1.273)
Resultado financeiro líquido		(512)	(316)	(375)	(297)
Resultado antes dos impostos		(452)	2.895	(17)	3.851
IR e CS - correntes	11	-	(93)	(435)	(1.946)
IR e CS - diferidos	11	(1.101)	1.166	(1.004)	1.166
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(1.553)	1.968	(1.553)	1.968

Demonstrações de resultados abrangentes

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(1.553)	1.968	(1.553)	1.968
Ajustes acumulados de conversão	294	691	294	691
Resultado abrangente do exercício	(1.259)	2.659	(1.259)	2.659

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(1.553)	1.968	(1.553)	1.968
Ajustes por: Depreciação e amortização	1.947	1.788	2.044	1.866
Juros sobre empréstimos	1.171	1.254	1.195	1.254
Equivalência patrimonial	(1.606)	(946)	-	-
IR e contribuição social diferidos	1.101	(63)	1.101	(63)
IR e contribuição social correntes	-	990	412	1.946
Provisão para contingências	(10)	(128)	(10)	(128)
Provisões	1.304	147	1.078	406
Pagamento baseado em ações	(9)	69	(9)	69
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	-	5.082	-	5.082
	2.346	5.082	4.258	7.326
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	(1.658)	9.165	1.441	5.547
Impostos a recuperar	241	(2.543)	1.162	(3.212)
Despesas antecipadas	(189)	238	(182)	(327)
Outras contas a receber	84	(1.082)	1.457	(984)
Depósitos judiciais	-	-	31	(4)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(264)	(325)	(302)	(289)
Obrigações trabalhistas e sociais	432	1.014	(132)	1.530
Obrigações fiscais	19	(2)	(186)	131
Faturamento antecipado	(806)	106	658	416
Receita diferida	653	-	653	-
Provisões utilizadas	(4.533)	-	(4.707)	-
Outras contas a pagar	(2)	154	95	117
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(3.677)	11.806	4.247	10.252
Juros pagos	(1.167)	(2.186)	(1.167)	(2.186)
IR e contribuição social pagos	-	-	(271)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.844)	9.620	2.809	8.066
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	834	(2.272)	(4.175)	(2.122)
Incorporação de investimentos	(173)	-	24	-
Investimento em sociedade em conta de participação	-	(3.000)	-	-
Empréstimos para terceiros e partes relacionadas	(672)	(9.220)	(1.311)	(11.647)
Aquisição de ativo imobilizado	(802)	(1.181)	(838)	(1.282)
Baixa de ativo imobilizado	30	-	30	-
Aquisição de ativo intangível	(653)	(558)	(648)	(733)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.436)	(16.231)	(6.918)	(15.784)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos captados	8.530	11.005	8.530	11.049
Pagamento de empréstimos	(1.550)	(4.452)	(1.550)	(4.452)
Credores por aquisição de investimentos	-	-	-	(11)
Aumento de capital	1.128	-	1.128	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	8.108	6.553	8.108	6.586
Redução do caixa e equivalentes de caixa	1.828	(58)	3.999	(1.132)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	41	99	423	1.555
No fim do exercício	1.869	41	4.421	423
Redução do caixa e equivalentes de caixa	1.828	(58)	3.998	(1.132)

Demonstrações do Fluxo de Caixa Itens não caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Empréstimos convertidos em ações	(6.176)	-	(6.176)	-
Aumento de capital por integralização dos juros sobre capital próprio	850	1.275	850	1.275
Aumento de capital por integralização	259	938	-	938

Demonstrações do Valor Adicionado

Descrição	País	% de participação 2018	% de participação 2017
Controlada Direta			
Inmetrics Chile S.p.A.	Chile	100%	100%
Yellow Ventures S.A.	Brasil	61%	0%
Controlada indireta			
Inmetrics Colômbia S.A.S.	Colombia	100%	100%
YVN Participações S.A.	Brasil	69,5%	-
Coligada			
Adianta Pagamentos S.A.	Brasil	25%	1,57%

As operações da Inmetrics Chile S.p.A., com sede na cidade de Santiago, capital do Chile, consistem no desenvolvimento e manutenção de softwares, equipamentos e produtos relacionados à tecnologia da informação; na importação e exportação de bens. Produtos e serviços relacionados a tecnologias relativas às suas atividades; na participação no capital de outras sociedades, no Chile e no exterior; e elaboração, licenciamento e cessão de direitos de uso de programas de computação; e na consultoria e assistência em tecnologia da informação. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidárias (conjuntamente denominadas "Companhia"). **a. Relação de entidades controladas** Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo:

Controladas diretas:

Inmetrics Chile S.p.A. (Yellow Ventures S.A.) **Controlada indireta:** Inmetrics Colômbia S.A.S. **YVN Participações S.A.** **Coligada** **Adianta Pagamentos S.A.**

As operações da Inmetrics Chile S.p.A., com sede na cidade de Santiago, capital do Chile, consistem no desenvolvimento e manutenção de softwares, equipamentos e produtos relacionados à tecnologia da informação; na importação e exportação de bens. Produtos e serviços relacionados a tecnologias relativas às suas atividades; na participação no capital de outras sociedades, no Chile e no exterior; e elaboração, licenciamento e cessão de direitos de usos de programas de computação. **Controlada direta: Yellow Ventures S.A.** As operações da Yellow Ventures S.A. iniciaram-se em agosto de 2017, com sede na cidade de São Paulo. Tem como objetivo investir em companhias de tecnologias – startups – e de atividades de venture capital, e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior, bem como a aquisição e alienação de participações societárias por quaisquer dos meios admitidos em direito, em especial, por meio de títulos de dívida (debêntures conversíveis ou contrato de mútuo conversível). **Controlada indireta: YVN Participações S.A.** As operações da YVN Participações S.A. iniciaram-se em julho de 2017, com sede na cidade de São Paulo. Seu objetivo social é a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades, empresarias ou não, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil ou no Exterior. **Coligada: Adianta Pagamentos S.A.** é uma "fintech" que iniciou suas atividades em maio de 2016. Seu objetivo é gerar uma alternativa de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas por meio de operação de desconto de recebíveis realizados a partir da inclusão do NF-e na plataforma da empresa, um processo totalmente online e automatizado, capaz de avaliar o crédito rapidamente, permitindo a conclusão do adiantamento em minutos. O investimento se iniciou por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações. A conversão em ações se efetivou em maio de 2018. **a) Transações de mútuo com terceiros e SCP** Em 2017 a Companhia iniciou a política de investir em "startups", empresas jovens, de alto crescimento e de todos, que por meio da inovação e tecnologia buscam desenvolver um modelo de negócio replicável e escalável. Para esses empréstimos, foi aplicado a taxa de TLIP + 8,96 % ao ano, com prazo de vencimento em 3 anos. A exceção da Inmetrics Chile que é uma controlada da Inmetrics. Essa prática se perpetuou durante o período de 2018. Abaixo, o detalhamento das empresas: **Contaduro® - Tecnologia de Informação Ltda. - ME ("MEI Fácil")** é MEI Fácil é uma plataforma de auxílio aos MEIs (figura jurídica do MEI foi introduzida na legislação para incentivar a formalização de categorias profissionais em que se verifica informalidade), na qual é possível abrir a sociedade, obter CNPJ, emitir notas e pagar impostos com o auxílio da plataforma. Futuramente, a MEI Fácil pretende ainda facilitar realização de pagamentos, obtenção de crédito, dentre outros serviços que facilitem o desenvolvimento profissional dos MEIs. Investimento realizado por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações com prazo de 3 anos. **Equipartir Serviços de Tecnologia Ltda. ("Easy Carros")**: a Easy Carros é uma empresa de tecnologia que provê maior eficiência na gestão de operacionais de veículos e frotas de veículos. A empresa se utiliza de hardware e logia de análise para prover os momentos em que determinados veículos ou grupo de veículos precisarão de manutenção. A sua plataforma online que conecta, de um lado, pessoas físicas e jurídicas que seguem proprietários de veículos ou administradores de frotas de veículos com, de outro lado, profissionais que realizam serviços automotivos das mais diferentes espécies - desde uma simples lavagem até manutenção complexa. Investimento realizado por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações com prazo de 2 anos. **Guyp Tecnologia em Recrutamento Ltda. ("Guyp")**: a Guyp oferece uma plataforma de recrutamento e seleção. Utilizando-se de análise preditiva e machine learning, a Guyp oferece um sistema que permite aos seus clientes estruturar processos de recrutamento, interagir com candidatos e aumentar o índice de acerto nas contratações. Investimento realizado por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações com prazo de 2 anos. **Buser LLC. ("Buser")**: a Buser oferece um sistema de compartilhamento de viagens de ônibus no território brasileiro. Investimento realizado por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações com prazo de 2 anos. **YVN Participações S.A. SCP** tem por objetivo a associação entre as partes para Investimento na Neon Pagamentos S.A visando a negociação e a aquisição de participações acionárias até o limite de 14,90% . Tem como sua sócia ostensiva a YVN Participações S.A. **b) Aumento do Capital Social** Em 30/05/2018 houve a emissão de 721 ações preferenciais classe A, realizado por meio da opção de compra conforme Plano de StockOptions, no valor de R$ 31.176,04, totalmente subscritas e integralizadas. Também, houve a emissão de 33.438 ações ordinárias, 10.340 ações preferenciais B e 723 ações preferenciais C, totalizando 44.501 ações, compondo o montante de R$ 850 sua integralização foi realizada através e/ou bens para Capital Próprio a Pagar disponibilizado em 2017. A administração designou o crédito de Juros sobre Capital Próprio para a emissão de novas ações e consequente reinterpretação do Patrimônio Líquido em não se descapitalizar, priorizando o investimento nas atividades operacionais da Companhia. Em 30 de maio foram emitidas 8.000 novas ações de Plano de Stock Options. Ainda há disponível 58.466 ações a serem disponibilizadas. Os profissionais que participam do programa de Stock Options foram escolhidos por meio de um processo rigoroso de avaliação de performance e competências técnicas e comportamentais. O valor da ação é de R$ 43,24 (em reais) com período de vesting de até 8 anos da data da assinatura do contrato, respeitando a carência de 1 ano e demais condições previstas no respectivo Contratos de Opção e no Plano. Em 30/11/2018 houve a emissão de 3.066 novas ações preferenciais classe A referentes ao plano de StockOptions, no valor de R$ 133 totalmente subscritas e integralizadas. Em 28 de dezembro houve a aprovação de crédito em favor dos acionistas no valor R$ 400 referente a Juros sobre Capital Próprio. **2. Base de Preparação Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e emitidas de forma individual e consolidada foi autorizada pela Diretoria em 28/06/2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e anuais da Companhia no qual os pronunciamentos CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 Instrumentos financeiros foram aplicados. Mudanças em as principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 5. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 6. **3. Moeda funcional e Moeda de apresentação** A Companhia e suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real (BRL), em linha com definição de anos anteriores, uma vez que o ambiente econômico em que opera é aquele em que ela fundamentalmente gera e desembolsa caixa, e o real também é a moeda que mais influencia os preços de bens e serviços e também os custos das atividades que prestam financiamento. Transações em moedas diferentes da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da funcional são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, sendo os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica denominada Ajuste acumulado de conversão. **Inmetrics Chile S.p.A.** As demonstrações financeiras da controlada Inmetrics Chile S.p.A. são apresentadas em Real (BRL), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram convertidos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados no ativo, passivo, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre os julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão evidenciadas nesse relatório. As estimativas e premissas são informações que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis em 31/12/2018 do ativo e passivo no próximo ano, a administração revisa as suas estimativas os ativos e passivos financeiros e não financeiros da Companhia com o intuito de demonstrar o valor mais próximo ao praticado no mercado. • Nota explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; • Nota explicativa nº 12 - análise de recuperabilidade do Ágio; • Nota explicativa nº 18 - provisões; • Nota explicativa nº 19 - provisão para contingências; • Nota explicativa nº 8 item m – análise de recuperabilidade do investimento. Nota explicativa nº 6 item e - Plano de Stock Option; **5. Mudanças nas principais políticas contábeis** A Administração aplicou o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1/01/2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1/01/2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. As informações comparativas descritas abaixo refletem as novas políticas contábeis e os novos pronunciamentos desses demonstrações financeiras. **(a) CPC 47 Receita de contrato com cliente** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para a mensuração e divulgação de receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Sendo assim, a receita é reconhecida quando o cliente usufruiu do benefício do serviço prestado. Determinar o momento da transferência do serviço – em um momento específico ou ao longo do tempo, requer julgamento.Com base na avaliação da administração do Grupo não houve impactos significativos em comparação com as normas anteriores (CPC 30 e CPC17), uma vez que a Companhia já utilizava os critérios de reconhecimento de receita em períodos anteriores. **(b) CPC 48 Instrumentos Financeiros** O CPC 48 estabelece requisitos para o reconhecimento e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Este norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Classificação - Ativos Financeiros O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e as características de seus fluxos de caixa. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. • A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º/01/2018. O Grupo adotou do CPC 48 todos os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º/01/2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução por perda.

Nota	Classificação original de acordo com CPC 38	Nova Classificação de acordo com CPC 48	Valor Contábil Original	Valor Contábil
Em milhares de Reais				
Contas a receber de outros recebíveis	Custo Amortizado	Custo Amortizado	15.417	15.417
Caixa e equivalente de Caixa	Custo Amortizado	Custo Amortizado	41	41
Empréstimo de coligada	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	4.220	4.220
Total de ativos financeiros			**19.678**	**19.678**
Passivos de arrendamento mercantil	Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	8.687	8.687
Fornecedores	Fornecedores	Custo Amortizado	675	675
Contas a Pagar	Contas a Pagar	Custo Amortizado	261	261
Total de passivos financeiros			**9.623**	**9.623**

O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia aplicou variável ou ativos contábeis dos ativos financeiros sob o CPC 38 aos valores contábeis de acordo do como CPC 48 na transição para o CPC 48 em 1º/01/2018. Impairment de ativos financeiros O CPC 48 substitui o modelo de 'perdas incorridas' do CPC 38 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. **6. Principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **a. Base de Consolidação (i) Controladas** As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. As informações financeiras da controlada são preparadas para o mesmo período de Equivalência Patrimonial. **(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial** As coligadas são aquelas sobre as quais a Companhia possui influência significativa, seja ela direta, ou indireta, mas não controle, nem controle em conjunto. Tais investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e, em seu primeiro momento. Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados no balanço patrimonial. **(iii) Transações eliminadas na consolidação** Saldos e transações intercompanhias e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intercompanhias são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com as investidas, registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na equivalência da participação. Passivos e ganhos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados, porém, somente na medida em que não há evidência de redução no valor recuperável. **b. Moeda estrangeira (i) Transações em moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e das controladas pelas taxas de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio em mesma data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos. Ganhos e perdas na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças cambiais resultantes da reconversão dos investimentos em ITHUs (ações preferenciais) são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **(ii) Operações no exterior** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para a data base de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real pela taxa das datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando a operação no exterior é baixada, ou quando parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. **c. Caixa e equivalente de Caixa** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela gestão das obrigações de curto prazo. **d. Receita de contrato com Cliente** A Companhia e suas controladas estão envolvidas na prestação de serviços de tecnologia e na realização de serviços relacionados. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços em conformidade ao CPC 47, adotado desde 1º/01/2018. **e. Benefícios a Empregados (i) Benefícios de curto prazo a empregados** Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas quando o serviço relacionado é prestado. Passivo referente ao benefício pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de prazo curto se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função dos serviços passado prestado pelos empregados, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Plano de Stock Options** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações liquidados em instrumentos patrimoniais é reconhecido em despesa de pessoal com o correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que as funcionalidades adquirem o direito ao benefício. **f. Receitas Financeiras e Despesas Financeiras** As receitas financeiras abrangem principalmente os rendimentos das aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem principalmente empréstimos, imposto sobre operações financeiras, juros e multas pagos por atraso e despesas bancárias, conforme demonstrado no resultado financeiro. **g. Imposto de Renda e Contribuição Social (i) Imposto de renda e contribuição social correntes** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando compensações cabíveis limitadas a 30% do lucro tributável. Imposto sobre o lucro líquido, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que sejam relacionados a uma combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o montante a pagar ou a receber pelo lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: no reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilização nem o lucro tributável (prejuízo fiscal) no momento da transação; diferenças temporárias em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas previstas à aplicações diferças temporárias quando forem revertidas, baseando-se nas leis que já estiverem decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal exigível de compensar ativos fiscais correntes. Eles relacionam-se ao imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas mesmo quando é provável que os lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e possam ser utilizados. Ativos de imposto diferido de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado de forma diferidos sobre projeções fiscais e bases de cálculos negativas de contribuição social sobre o lucro de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Ativos fiscais diferidos são revisados na data do balanço. **h. Imobilizado Reconhecimento e mensuração** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicáveis. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que os ativos sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmantelamento e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas em contas separadas (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são determinados comparando os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados sejam transferidos para Companhia e sua controladas. **Depreciação** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que são aqueles pelo custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, menos o valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às suas vidas estimadas. Os ativos mantidos para venda não são depreciados. Os terrenos em geral têm vida ilimitada, já que geralmente não se deprecia. Os demais ativos são depreciados pelas vidas úteis estimadas, sendo que os ativos mais significativos são os seguintes: **Equipamentos de informática** – 5 anos; **Móveis e utensílios** – 10 anos; **Benfeitorias** – 10 anos. **i. Arrendamento mercantil** Ativos adquiridos por meio de arrendamento mercantil são classificados como imobilizado, sendo o valor do ativo igual ao valor justo do bem arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, o que for menor. Os pagamentos do arrendamento são divididos entre encargos financeiros e redução do saldo devedor do arrendamento, de forma a produzir taxas de juros constantes sobre o saldo devedor. Os encargos financeiros são alocados em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. (ii) Ativos arrendados No início do arrendamento o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao inferior entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos variáveis do arrendamento são incluídos nos custos e benefícios de propriedade são transferidos a Companhia. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial. **n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** Uma série de novas normas e alterações de normas e interpretações são aplicáveis ao exercício iniciados após 1º/01/2018, e não foram antecipadas pela Companhia e suas controladas. Nota explicativa nº 7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Caixa	-	-	3.552	382
Bancos no exterior	1.869	41	869	41
	1.869	41	4.421	423

No Brasil, os valores estão depositados em conta corrente de Instituições financeiras consideradas pela Administração como sendo de primeira linha: Banco Itaú, Banco Santander e Banco Safra. No exterior, os valores estão depositados em conta corrente do Banco Itaú no Chile e na Colômbia trabalha-se com o Banco Davivienda. A análise da exposição da Companhia e suas controladas e riscos de crédito estão demonstrados na nota explicativa nº26. **8. Aplicações Financeiras**

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Banco Itaú - Brasil (a)	1.869	-	258	-
Banco Itaú - Chile (b

Jornal DIA SP São Paulo, 13, 14 e 15 de julho de 2017

Continuação:

Consolidado:	2018	2017
Saldo inicial	8.738	8.073
Captação	8.530	11.049
Pagamento de principal	(1.550)	(4.452)
Pagamento de juros	(1.167)	(2.186)
Juros	1.195	1.254
Saldo final	**15.746**	**8.738**

16. Obrigações Trabalhistas e Sociais As obrigações trabalhista e sociais estão com postas da seguinte forma:

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Provisão de férias	5.607	5.684	6.057	6.224
Encargos sociais	2.224	1.761	2.362	2.281
Outras	1.045	1.009	1.093	1.039
	8.876	**8.454**	**9.512**	**9.544**

17. Faturamento antecipado Corresponde aos valores cujos os clientes solicitam o faturamento sem que a Companhia tenha de fato prestado o serviço. Desta forma, serão prestados e reconhecidos no exercício de competência. Em 31.12.2018 a Companhia, no Consolidado, apresentou o montante de R$ 4.476 líquido de impostos (R$ 5.282 em 31/12/2017) e R$ 6.781 líquido de impostos (R$ 6.123 em 31/12/2017) na controladora e consolidado, respectivamente. **18. Provisões**

Descrição	Controladora	Consolidado
Fornecedores (a)		
Saldo inicial 2018	**167**	**167**
Provisões adicionais	137	137
Consumo/pagamento	(167)	(167)
Reversão	-	-
Saldo Final 2018	**137**	**137**
Remunerações (b)		
Saldo inicial 2018	-	-
Provisões adicionais	24	24
Consumo/pagamento	-	-
Reversão	-	-
Saldo Final 2018	**24**	**24**
PLR/Bônus (c)		
Saldo inicial 2018	**3.540**	**3.832**
Provisões adicionais	503	503
Consumo/pagamento	(3.540)	(3.606)
Reversão	-	(226)
Saldo Final 2018	**503**	**503**
Banco de Horas (d)		
Saldo inicial 2018	**521**	**521**
Provisões adicionais	395	395
Consumo/pagamento	(521)	(521)
Reversão	-	-
Saldo Final 2018	**395**	**395**
Comissões (e)		
Saldo inicial 2018	**304**	**413**
Provisões adicionais	245	245
Consumo/pagamento	(304)	(413)
Reversão	-	-
Saldo Final 2018	**245**	**245**
Total das Provisões		
Saldo inicial 2018	**4.532**	**4.933**
Provisões adicionais	1.304	1.304
Consumo/pagamento	(4.532)	(4.707)
Reversão	-	(226)
Saldo Final 2018	**1.304**	**1.304**

(a) Fornecedores Refere-se à obrigações que foram firmadas com outras empresas, cujo documento fiscal ainda não recebido. **(b)** Remunerações Refere-se à provisão para férias e benefícios referentes aos benefícios dos colaboradores incluído o documento fiscal ainda não tenha sido recebido. **(c)** PLR/Bonus Refere-se a Participação nos Lucros e Resultados -PLR que foi acordado em convenção e a bonificação que não se trata de participação de lucros e metas. **(d)** Banco de Horas Refere-se ao horas adicionais trabalhadas pelos colaboradores. Acumula-se as horas no banco por quatro meses e, após esse período, o saldo é efetivamente pago. **(e)** Comissão Refere-se à comissões de vendas no momento do reconhecimento da receita conforme política contábil vigente. Estorna-se a provisão da comissão quando a receita não realiza o pagamento, tornando assim uma despesa efetiva. **19. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais** A Companhia e suas controladas é parte em ações judiciais e processos administrativos perante órgãos tributais, decorrentes de curso normal de operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. Em 31/12/2018, baseado na opinião dos assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas possuem processo com probabilidade de perda provável no montante de R$ 33 (R$ 43 em 31/12/2017). Há apenas um processo no montante de R$ 60 mil cuja probabilidade de perda é possível. Existe processo administrativo e fiscal a Fazenda Pública Nacional referente a utilização de créditos tributários relacionado ao Imposto de Renda pago em Coligada no Exterior - Investimento Chile, em 2012. Há a probabilidade de perda no valor de R$ 397 a qual é considerada possível, contudo ainda cabe a discução em via judicial. Controladora e consolidado:

Descrição	Trabalhista	Total
Saldo inicial 2017	**43**	**43**
Novos processos	-	-
Baixas	10	10
Saldo final 2018	**33**	**33**

A seguir temos a composição dos depósitos judiciais por natureza:

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Tributária	12	12	12	43
	12	**12**	**12**	**43**

20. Patrimônio líquido (a) Capital social Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2017 houve o aumento do capital social sem a emissão de novas ações no montante de R$ 2.213 por capitalização de R$ 1.275 referente a juros sobre Capital Próprio e R$ 938 referente a dividendos disponíveis a distribuição. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2017 houve aumento de capital de R$ 3.209.630, mediante a emissão de 320.963 novas ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sendo (i) 303.319 ações preferenciais classe B; e (ii) 17.644 ações preferenciais classe C. **(b)** Direitos das ações Ações ordinárias dão direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Cada ação preferencial (Classe A ou B ou C) dará ao seu titular o direito de ser convocado e comparecer nas Assembleias da Companhia. As Ações serão individuais em relação à Companhia. Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, que pode ser exercido no prazo legal de 30 dias. A Companhia poderá emitir ações preferenciais classe A, nominativas, sem valor nominal, sem direito de voto, não estarão sujeitas ao direito de preferência dos demais acionistas e serão destinadas ao Plano de Opção de Compra de Ações, devendo ser alocadas aos empregados e administradores da Companhia, conforme instrumento específico a ser oportunamente firmado com o respectivo empregado ou administrador para tal finalidade, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações. A Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B, nominativas, sem valor nominal, sem direito de voto, as quais terão como vantagem: (i) a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) a possibilidade de conversão em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial classe B para 1 ação ordinária, após 180 dias da data de emissão das ações preferenciais classe B, nominativas, sem valor nominal, sem direito de voto, as quais terão como vantagem: (i) a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) a possibilidade de conversão em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial classe C para 1 ação ordinária, exceto se houver Oferta Pública Inicial ou se houver mudança de controle, quando a conversibilidade será antecipada, e desde que o cálito a integralizar, se existente, seja totalmente integralizado e tenham decorrido 6 meses. **(c) Destinação do lucro líquido** O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a destinação que a Assembleia Geral Ordinária, mediante proposta da Diretoria, observarão: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, (ii) 25% para a distribuição aos acionistas, a título de dividendos mínimos obrigatórios de por proposta da Diretoria em Assembleia geral, poderá creditar ou pagar juros aos acionistas, a título de capital próprio, (iii) reserva estatutária de investimento e de capital de giro que será formada com até 75% do lucro do exercício não podendo esta ultrapassar o valor do capital social, e (iv) retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

Descrição	2018	2017
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício apurado	(1.553)	1.968
(-) Reserva legal (5%)	-	98
(-) Juros sobre o capital próprio	(340)	(850)
(-) Distribuição de dividendos antecipados	-	-
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Percentual de dividendos		
(+) Juros sobre o capital próprio	340	850
(+) Distribuição de dividendos	-	264
Total de dividendos distribuídos	**340**	**850**
% de dividendos	**(22%)**	**43%**

(d) Remuneração dos administradores Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2018, os acionistas fixaram uma remuneração global aos administradores, no montante de R$ 3.100. **(e) Outros assuntos estatutários (Distribuição dos lucros acumulados)** A administração da Companhia propõe a aprovação nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias as seguintes decisões sobre o saldo de lucros acumulados: • Distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no valor de R$340; • Não será distribuído dividendos uma vez que o JCP já é um valor vantajoso para os acionistas; • Destinação A utilização de R$ 340 referente ao pagamento de Juros sobre Capital Próprio,, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária em 28/12/2018, será utilizado para Capitalização e aumento do Capital Social, uma vez que a Companhia está em crescimento, e é de interesse dos acionistas o reinvestimento na Companhia. **21. Partes Relacionadas (a) Transações com partes relacionadas:**

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Neon Pagamentos S.A	-	5.000	-	5.000
Adianta Pagamentos S.A	9	1.185	9	1.185
Easy Carros LLC	1.234	1.190	1.234	1.190
Guppy Tec, em Recr. ltda	672	672	672	672
Contadors T.I ltda	1.000	600	1.000	600
Bauer LLC	643	-	643	-
Inmetrics Chile S.p.A. (nota 10)	158	573	224	-
Total de Empréstimos	**3.716**	**9.220**	**3.782**	**8.647**
Controladora	-	**5.000**	-	**5.000**
Não circulante	**3.716**	**4.220**	**3.782**	**3.647**
	3.716	**9.220**	**3.782**	**8.647**

(b) Operações com pessoal-chave da Administração Durante o ano de 2018 a remuneração do pessoal chave da administração foi de R$ 2.482 e no ano 2017 o valor foi de R$ 2.083. **22. Receita Operacional** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita bruta de prestação de serviços	104.565	125.040	125.127	142.627
(-) Deduções				
Impostos sobre serviços (PIS, COFIS e ISS)	(6.138)	(7.081)	(6.138)	(7.089)
ISS desoneração	(4.705)	(5.627)	(4.705)	(5.626)
	93.722	**112.332**	**114.284**	**129.912**

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Pessoal	(72.575)	(83.786)	(87.511)	(96.452)
Depreciação e amortização	(155)	(171)	(152)	(227)
Despesas com viagens	(486)	(1.143)	(854)	(1.252)
Despesas de terceiros (a)	(1.184)	(3.351)	(1.732)	(3.514)
Outras	-	(28)	(57)	(49)
	(74.392)	**(88.479)**	**(90.306)**	**(101.494)**

(a) Os custos com serviços de terceiros não se referem a subcontratação de mão de obra, mas referem-se principalmente a serviços de contratação de manutenção de software que é utilizado como ferramenta na prestação de serviço. **24. Despesas Gerais e Administrativas**

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Despesas com pessoal	(6.889)	(9.718)	(8.124)	(11.278)
Depreciação e amortização	(1.947)	(1.616)	(2.044)	(1.866)
Despesas com viagens	(710)	(798)	(832)	(1.000)
Comissão	(948)	(475)	(1.166)	(795)
Despesas com serviços de terceiros	(8.196)	(5.523)	(8.635)	(5.398)
Despesas com locações e condomínio	(1.759)	(1.499)	(2.336)	(1.840)
Telefonia e material e consumo	(678)	(1.299)	(798)	(1.398)
Outras	(249)	(540)	(284)	(743)
	(21.367)	**(21.468)**	**(24.116)**	**(24.150)**

25. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Despesas financeiras				
Juros e multas	(1.249)	(703)	(1.329)	(714)
Despesas bancárias	(13)	(54)	(43)	(65)
Outras	(292)	(483)	(134)	(494)
	(1.554)	**(1.240)**	**(1.506)**	**(1.273)**
Receitas financeiras				
Rendimentos aplicações financeiras	1.027	876	1.116	907
Outras	15	48	49	69
	1.042	**924**	**1.131**	**976**
Resultado financeiro líquido	**(512)**	**(316)**	**(375)**	**(297)**

26. Dividendos O efeito da aplicação inicial do CPC 46/ nota explicativa nº 5. O Grupo possui exposição para instrumentos financeiros resultantes de operações, incluindo: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de liquidez **Visão Geral** A Companhia e suas controladas possui operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos que visam assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outra operação de risco. Os valores de realização possível para ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado. A Companhia e suas controladas possui como principal fonte de geração de caixa operacional, sendo que esta prática possui como principal objetivo preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. A Companhia e suas controladas não reconhece que exista um risco nos empréstimos, visto que todos as taxas de mercado são indexadas a TJLP e a Selic, e os demais financiamentos foram contratados a taxas pré-fixadas. A Companhia e suas controladas também não entende que existam riscos cambiais relevantes, conforme demonstrado, pois as operações da Inmetrics Chile e Inmetrics Colombia são auto-suficientes e as obrigações, assim como as origens de recursos, são em quase sua totalidade na moeda local.

Operação	Saldo em 31/12/2018	Risco	Cenário 1 5%	Cenário 2 10%	Cenário 3 15%
Investimento do Chile	9.357	Desvalorização Peso Chileno			
			(468)	**(936)**	**(1.404)**

a) Risco de crédito Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas, caso um clientes ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e títulos de investimentos. Para mitigar estes riscos a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito individuais e acompanhamento sistemático de saldo em aberto. No que tange as instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating. Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e saldos de contas a receber de clientes. Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são concentrados em instituições financeiras consideradas pelo mercado como sendo de primeira linha, são elas: Banco Itaú e Banco Santander. No geral, a Administração entende que não há riscos significativos de perdas ao qual a Companhia e controladas estejam exposta, considerando-se as características das contraparte, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **Risco de liquidez** O risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam vir eventualmente encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas trabalham alinhando a disponibilidade e a geração de caixa de modo a cumprir suas obrigações no vencimento, sem prejuízos significativos para suas turidades contratuais de ativos e passivos financeiros por data de vencimento. **Controladora: Em 31 de dezembro de 2018**

Ativos	Fluxo de caixa não descontado	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	1.863	1.863	-	-
Aplicações financeiras	10.425	10.425	-	-
Contas a receber de clientes	17.075	17.075	-	-
Empréstimos a receber e SCP	6.716	-	2.085	6.064
Passivos				
Fornecedores	(411)	(411)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(15.671)	(7.335)	(4.338)	(6.906)
Debêntures	(260)	(260)	-	-
Posição líquida	**19.743**	**24.272**	**(2.253)**	**(842)**

Em 31 de dezembro de 2017

Ativos	Fluxo de caixa não descontado	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	41	41	-	-
Aplicações financeiras	11.259	11.259	-	-
Contas a receber de clientes	15.417	15.417	-	-
Empréstimos a receber e SCP	12.220	5.000	2.085	5.135
Passivos				
Fornecedores	(675)	(675)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(8.687)	(1.497)	(2.267)	(4.923)
Contas a pagar	(261)	(261)	-	-
Posição líquida	**29.390**	**29.360**	**(182)**	**212**

Em 31 de dezembro de 2018

Ativos	Fluxo de caixa não descontado	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	4.421	4.421	-	-
Aplicações financeiras	16.048	16.048	-	-
Contas a receber de clientes	20.893	20.893	-	-
Empréstimos a receber e SCP	6.782	-	3.718	3.064
Passivos				
Fornecedores	(466)	(466)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(15.746)	(4.502)	(4.338)	(6.907)
Contas a pagar	(281)	(281)	-	-
Posição líquida	**31.651**	**36.113**	**(620)**	**(3.843)**

Em 31 de dezembro de 2017

Ativos	Fluxo de caixa não descontado	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	423	423	-	-
Aplicações financeiras	11.873	11.873	-	-
Contas a receber de clientes	22.334	22.334	-	-
Empréstimos a receber e SCP	11.647	5.000	1.512	5.135
Passivos				
Fornecedores	(768)	(768)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(8.738)	(1.548)	(2.267)	(4.923)
Contas a pagar	(185)	(185)	-	-
Posição líquida	**36.586**	**37.129**	**(755)**	**212**

Classificação dos instrumentos financeiros A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31/12/2018:

Descrição		Controlada 2018		2017	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	10.425	10.425	11.259	11.259
Custo Amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.869	1.869	41	41
Contas a receber de clientes		17.075	17.075	15.417	15.417
Empréstimo a receber e SCP		6.716	6.716	12.220	12.220
Total		**36.085**	**36.085**	**38.937**	**38.937**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		411	411	675	675
Empréstimos e financiamentos		15.671	15.671	8.687	8.687
Credores por aquisição de investimentos					
Contas a pagar		260	260	261	261
Total		**16.342**	**16.342**	**9.623**	**9.623**

Descrição		2018		2017	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	16.048	16.048	11.873	11.873
Custo Amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		4.421	4.421	423	423
Contas a receber de clientes		20.893	20.893	22.334	22.334
Empréstimo a receber e SCP		6.782	6.782	11.647	11.647
Total		**48.144**	**48.144**	**46.277**	**46.277**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		466	466	768	768
Empréstimos e financiamentos		15.746	15.746	8.738	8.738
Credores por aquisição de investimentos					
Contas a pagar		281	281	185	185
Total		**16.493**	**16.493**	**9.691**	**9.691**

Hierarquia do valor justo Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como nível 2. **27. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa** A Administração da Empresa define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores disponíveis em caixa e os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31/12/2018 e de 2017, os saldos que compõem essa rubrica estão representados na Nota Explicativa nº 7. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Empresa em 31/12/2018 e 2017 são como segue:

Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Itens não caixa:	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Empréstimos convertidos em ações (a)	(6.176)	(6.176)	-	-
Aumento de capital por integralização dos juros sobre capital próprio (b)	850	1.275	850	1.275
Aumento de capital por integralização dos dividendos (c)	-	938	-	938

(a) Referente à empréstimos mútuos que foram convertidos em ações (investimentos) durante o exercício. (b) Referente à aumento de capital por meio da integralização de juros sobre capital próprio conforme ata de AGE. (c) Referente à aumento de capital por meio da integralização de dividendos ocorridos no exercício.

Diretoria

Pablo Albino Cavalcante - Diretor Presidente

Rafael Neder Gatti - Diretor Financeiro

Contadora

Bruna de Oliveira Tavares da Silva - CRC 1SP262976/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

São Acionistas e aos Diretores da Inmetrics S/A. Barueri - SP **Opinião com ressalva** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inmetrics S/A ("Inmetrics" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Inmetrics S/A em 31/12/2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** Conforme descrito na Nota 12 as demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são participação societária em sua controlada indireta IVN Participações S.A que possui por sua vez investimento reconhecido na empresa Neon Pagamento Limited. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, pelo fato da Companhia não deter o controle ou exercer influência significativa sobre essa empresa, o referido investimento deve ser tratado como um instrumento financeiro ao valor justo. Consequentemente, o investimento em 31/12/2018, o resultado líquido individual e consolidado está apresentado a menor em R$ 1.121 mil e R$ 7.362 mil respectivamente e o patrimônio líquido individual e consolidado está apresentado a menor em R$ 3.121 mil e R$ 7.362 mil respectivamente, bem como os saldos de investimentos individual e consolidado em 31/12/2018 estavam subavaliados no mesmo montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, segundo essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. Somos conscientes do risco de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver ato de burlar controles internos, falsificação, formação de conluio, ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados à circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou, caso as divulgações sejam inadequadas, emitirmos uma opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório de auditoria. Entretanto, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de junho de 2019.

KPMG Assurance Services Ltda. - CRC RO-0023228/O

Mateus de Lima Soares - Contador CRC RJ-079681/O-0

FOROS REGIONAIS. IV LAPA. VARAS CÍVEIS. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0017232-62.2013.8.26.0004. O Dr. Carlos Bernardo Schmit Combs, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Foro Regional IV Lapa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo SP. Faz Saber a Sport Lock Artigos Esportivos Ltda EPP (CNPJ. 02.313.185/0001-10) e Ricardo Dell Erba (CPF. 078.007.748-27), que HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo Pe aparecer no prazo de 15 dias, para que se ver-lhe, a ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 105.679,01 (agosto de 2013), referente ao Contrato de Cheque Especial nº 0307-00470-00, Contrato de Crédito Parcelado Giro Fácil nº 0307-130174-40 e Contrato de Mútuo Integrada nº 40000000089143502. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei.

12 e 13 / 07 / 2019

17ª Vara Cível do Foro Central da CapitalSP. 17º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0017232-62.2013.8.26.0004. O Dr. Andre Luiz da Silva de Lima, Juiz de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da CapitalSP. Faz Saber a Sport Lock Artigos Esportivos Ltda EPP (CNPJ. 02.313.185/0001-10) e Ricardo Dell Erba (CPF. 064.990.888-68), que Banco Bradesco S/A ile ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 22.782,60 (maio/2019), decorrente da operação bancária consubstanciada no Contrato de Prestação de Serviços de Conta Universal, onde foi concedido um limite de crédito, na conta de depósitos nº 1108818, mantida pela requerida junto à agência 0380 do Banco Requerente. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumir-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 17/082/2019.

12 e 13 / 07 / 2019

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1081583-25.2016.8.26.0100. O Dr. MarceloAugusto Oliveira, Juiz de Direito da 41ª Vara Cível do Foro Central da CapitalSP. Faz Saber a Victor Teel Brasil EPP (CNPJ. 11.875.202/0001-43) e Soon Chan Bae (CPF.255.677.038-48), que Banco Bradesco S/A, sucessor de HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo ile ajuizou ação de Execução, para cobrança da quantia de R$ 216.547,08 (agosto de 2016), decorrente da Proposta de Abertura e Movimentação de Conta de Depósito e Contratação de Produtos e/ou Serviços Financeiros-Empresas Agência nº 1026-0005463. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito (litisconsórcio ativo de outras partes de processo), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereçam embargos, sob pena de convertê-lo em mandado de pagamento executivo. Decorrido o prazo sem pagamento ou silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

12 e 13 / 07 / 2019

RESUMO. EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO DE BEM(NS) IMÓVEL(IS). BEM COMO PARA INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S): **CONSTRUTORA INCON INDUSTRIALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO S/A, CNPJ 43.755.257/0001-42, na pessoa de seu representante legal; dos RUDNEY DE ALMEIDA e João Mendes Pereira, CPF 114.133.018-00 e s/m Rita Lazara Camargo Mendes Pereira, CPF 006.562.626-18; do CREDOR HIPOTECÁRIO: Banco Bradesco S/A, CNPJ

Companhia de Participações Aeroportuárias

CNPJ 09.352.896/0001-42

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. São Paulo, 10 de julho de 2019. A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	56	13
Aplicações financeiras	6	823	1.266
Tributos a recuperar		43	782
Dividendos a receber	9 a.2	1.920	-
Total do ativo circulante		2.898	2.061
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	7	-	183
Tributos a recuperar	783	-	-
Total do ativo não circulante	783		183
Investimentos	2a e 9	76.164	75.973
Total do ativo não circulante	76.947	76.156	
Total do ativo	79.845	78.217	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		-	5
Impostos e contribuições a recolher		65	57
Mútuos - partes relacionadas	8	1.365	1.263
Total do passivo circulante		1.430	1.325
Não Circulante			
Mútuos - partes relacionadas	8	2.344	2.216
Impostos e contribuições a recolher		163	140
Total do passivo não circulante		2.507	2.356
Patrimônio Líquido			
Capital social	10a	62.501	62.501
Ajuste de avaliação patrimonial	10b	19.057	15.764
Reserva de capital		5.358	5.358
Prejuízos acumulados		(11.008)	(9.087)
Total do patrimônio líquido		75.908	74.536
Total do passivo e patrimônio líquido		79.845	78.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	2018	2017
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(64)	(62)
Outros		(38)	(38)
		(102)	(62)
Resultado de equivalência patrimonial	2a e 9	(5.960)	(2.509)
Outros resultados operacionais		4.834	(542)
Resultado antes do resultado financeiro		(1.228)	(2.710)
Resultado Financeiro	11	(540)	(452)
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e contribuição social		(1.768)	(3.135)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	7a	(183)	(183)
Prejuízo líquido do exercício		(1.921)	(2.498)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R$)	10c	(0,00029)	(0,00174)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	(1.921)	(2.498)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Ajuste patrimonial - plano de pensão em investidas 10b	445	(1.376)
	445	(1.376)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior em investidas 10b	2.842	678
	2.842	678
Total do resultado abrangente do exercício	1.366	(3.196)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	62.501	5.358	16.464	(6.588)	77.735
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.499)	(2.499)
Outros resultados abrangentes	-	-	(700)	-	(700)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	62.501	5.358	15.764	(9.087)	74.536
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.921)	(1.921)
Outros resultados abrangentes	-	-	3.287	-	3.287
Saldos em 31 de dezembro de 2018	62.501	5.358	19.051	(11.008)	75.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 *(Em milhares de Reais)*

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.921)	(2.498)
Ajustes:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	183	(183)
Resultado de equivalência patrimonial	5.960	2.509
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	261	364
Liquidação de *hedge accounting*	(4.834)	-
	1.649	2.777
Variação nos ativos e passivos		
Aumento/redução dos ativos		
Impostos a recuperar	(44)	105
Dividendos a juros sobre o capital próprio recebidos	-	2.452
Despesas antecipadas e outros	-	3
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(5)	(3)
Mútuos - partes relacionadas	(31)	(54)
Impostos e contribuições a recolher	31	(595)
Pagamentos de IR e CS	-	(1.534)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	**(60)**	**675**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações Financeiras	443	(1.266)
Caixa líquido proveniente das (usadas nas) atividades de investimentos	**443**	**(1.266)**
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	**43**	**(590)**
Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13	603
No fim do exercício	56	13
	43	**(590)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Companhia de Participações Aeroportuárias - CPA ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Chedid Jafet, 222, que foi constituída em 23 de novembro de 2007 e tem como objeto social: (a) a gestão, o planejamento, o desenvolvimento, a operação e a exploração comercial, o investimento e a operação de aeroportos públicos e privados, novos ou já existentes, e serviços aeroportuários correlatos, tais como estacionamentos para carros, terminais de cargas, hangares, bases de operações frias e instalações de manutenção, reparo e vistoria, no Brasil e no exterior; (b) o investimento na aquisição de propriedades, terrenos, edifícações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas destinados à consecução dos itens anteriores; e (c) a participação como acionista, sócio ou cotista em outras sociedades, simples ou empresárias, em qualquer modalidade ou qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, inclusive detenção ou indiretamente ao objeto social anteriormente descrito. A Companhia detém participação direta de 51% na Curaçao Airport Investments N.V. (CAI), sendo que esta detém 100% do capital social da Curaçao Airport Real Estate Enterprises N.V. (CAI) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAI). Em 12 de junho de 2013, a CCR Esparta adquiriu diretamente, participação adicional de 30% do capital social da CAI, passando a deter, direta e indiretamente (através da Companhia), 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao. A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE não possui operações atualmente e a CAI tem por objeto social, principalmente, a participação acionária em sociedades. A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até abril de 2033.

2. Principais políticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. *a) Investimentos:* O investimento da Companhia em entidades controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial considerando sua participação em controlada. • Controlada: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. *b) Moeda estrangeira:* • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando está é utilizada, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se ajustando a variações cambiais posteriores. Receitas e despesas em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio das datas sobre as efetivas e as passivas são reconhecidas na demonstração de resultados, exceto quando as diferenças cambiais resultantes da conversão de hedge de fluxos de caixa qualificados, efetivos, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes. • Operações no exterior: As demonstrações financeiras da controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e ao aproximadamente, posteriormente, convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real à taxa cambial média mensal. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. *c) Instrumentos financeiros:* A Companhia adotou IFRS/CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 estão descritos na letra "i" desta nota. • Classificação. A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atendem aos itens as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros denem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR com base no fato de ele ser classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. • Mensuração e desreconhecimento: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Ao contrário a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, e os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e, (iii) por outros riscos básicos e custos básicos (como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais associadas a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos em resultado financeiro. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando as termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apontados na demonstração consolidada do resultado. Os passivos financeiros são reconhecidos no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR: Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. Compensação de ativos e passivos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Capital social: ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. *d) Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros no mesmo período de vencimento, que são mantidos para o pagamento de compromissos de curto prazo, e não sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. *e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):* • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 07/06/2019.

13 e 16/07

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0013285-78.2019.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Regional VIII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Cabrelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **AMELIA SOARES VIÇCARRA**, RG 9.188.189, CPF 043.941.569-21, que por este Juízo, tramita de uma ação de **Cumprimento de Sentença**, movida por **Junta Educação e Convenção Batista do Estado de São Paulo**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 71.382,46, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10%, conforme artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 08 de maio de 2019. MAIS: Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de julho de 2019. (12 e 13/07/19)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SÃO PAULO /SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos em posse da(s) notas promissórias dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 11/07/2019, para, querendo, purgar(em) o débito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED: 1EB62 - CONTRATO: 1656541780466 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 1656 - CASA DE PEDRA

ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA MARCIO MAZZEI, Nº 196, LOTE C, VILA NOVA MAZZEI, 22º SUBDISTRITO TUCURUVI - SAO PAULO – SP.

FRANCISCO ROGERIO TEIXEIRA DA SILVA, BRASILEIRO(A), SÓCIO GERENTE, CPF: 09003641811, CI: 14.380.154-5-SSP/SP CASADO(A) COM YARA REGINA OTHERO TIOSSI , BRASILEIRO(A), PROFESSORA, CPF: 09148541869,CI: 14.395.541-SSP/SP.

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

11 - 12 - 15/07/2019

LEILÃO ON-LINE — Santander

DATA: 22/07/2019 às 10:00
APROX. 45 IMÓVEIS
À VISTA COM 5% DESCONTO
Financiamento em até 420 meses com taxa a partir de 7,95% a.a (Pró-cotista).
Dê seu lance em pouquíssimos cliques pelo www.reex.com.br.
GANHE ATÉ 150 MIL PONTOS ESFERA.
Pagamento de IPTU e Condomínio até a data do leilão.
FABIANA CUSATO - Leiloeira Oficial - JUCESP 619 - F: 5041-5278
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MAIS INFS: www.unileiloes.com.br.

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo 1035242-67.2018.8.26.0100. O Dr. Swarai Cervone de Oliveira, Juiz de Direito da 36ª Vara Cível do Fórum Central/SP na forma da Lei, etc... Faz Saber a Cristiane Luciano Pics CPF: 234.029.028-77, que Mosteiro de São Bento de São Paulo CNPJ: 61.018.750/0001-85 (entidade mantenedora do Colégio São Bento) ajuizou Ação de Cobrança de Honorários Advocatícios, sob o argumento de recebimento de R$ 8.362,81 (Abril/2018), representada pelo inadimplemento do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado entre as partes. Estando a requerida em lugar ignorado, expede-se edital, para que em trinta dias, contados do fim do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia e presunção dos fatos articulados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 07/06/2019.

13 e 16/07

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia de Participações Aeroportuárias** - São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações Aeroportuárias (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Participações Aeroportuárias em 31 de dezembro de 2018, e desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realística para evitar o encerramento das suas operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de se as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, pois a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente a informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e execução da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de julho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-5

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006767-65.2015.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dr(a). Anna Paula de Oliveira Dalle Dea Silveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Jireh Comércio de Pneus e Equipamentos (CNPJ: 10.723.729/0001-40) e Solange Pereira de Araújo (CPF: 149.991.698-19), que DIG Participação e Exportação Ltda lhes ajuizou ação Monitória, convertida em ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 16.666,23 (julho de 2015), representada pelas Notas Fiscais nº's 8791, 1161 e 1225. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, em que se acha a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial para os embargos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de junho de 2019.

13 e 16 / 07 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1038103-66.2017.8.26.0001 Classe: Assunto: Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária Requerente: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/ARequerido: Agatha Lira Akamine EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1038103-66.2017.8.26.0001 AMM. Juiza de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Carina Bandiera Margarido Paes Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Agatha Lira Akamine, CPF 446.159.408-40, RG 54915428 que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária sob nº 1038103-66.2017.8.26.0001 por parte Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, relativa ao veículo marca Land Rover/Modelo Discovery3 HSE 4.4 V, cor ciruza, ano fabi/mod 2005, placa EIT7070, chassi SALLAAAK546A364510, RENAVAM 000896495159, apresendido em 09.11.2018, haja vistas o inadimplemento do contrato de financiamento nº 200261507260. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, requeira a purgação da mora depositando, sob pena de consolidar-se propriedade e expedir-se mandado de busca e apreensão, bem como, se quer, 31º do decreto-lei 911/69, alterado pela lei 10.931/04, podendo, ainda, no prazo de 15 dias, após os 20 dias supra, contestar o feito, sob pena de confissão e revelia. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de julho de 2019.

13 e 16/07

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1102880-25.2015.8.26.0100 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução Requerente: Rodrigo Pennella Cardoso Requerido: Sushistation Serviços Alimentícios LtdaEME - ONPJ:15.517.484/0001-18, com endereço à rua Alvaro Ramos Pereira, 38, sala 01, Parque dos Eucaliptos, CEP 59151-680, Parnamirim - RN, por RODRIGO PENNELLA lhe AJUIZOU uma AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS COM DANO MATERIAL, objetivando a condenação da ré a devolver os valores pagos pelo autor, relativos ao sinal de R$ 80.000,00 relativos a Taxa de Franquia, valor este a ser devolvido corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de 1% a.m. Desde a data de seu respectivo pagamento, bem como todas cominações legais. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de julho de 2019.

13 e 16/07

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Físico nº: 0008262-24.2008.8.26.0271 Classe: Assunto: Usucapião - Usucapião Ordinária Requerente: valdires rodrigues da cruz e outro Requerido: Helena Anghinoni (Espólio) e outros EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0008262-24.2008.8.26.0271 (OJA) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Itapevi, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo de Azevedo Marchi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos confrontantes ROBENILDO E HENRIQUE, e aos filhos da falecida Olímpia, Marilza, Luiza, Fátima e Marcelino que Valdiner Rodrigues da Cruz e Waldomar Rodrigues de Oliveira ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre O Imóvel situado na rua Cipichabas, lote 24 da quadra nº 98 do Parque Suburbano, no Distrito de Itapevi, Com frente para Rua dos Cipichabas, distante 80,00m da esquina formada com a Rua dos Sergipanos; com frente para Rua dos Capichabas seguindo no sentido horário com azimute 171°26' 28" e distância de 10,00m, de quem da Rua olha para o terreno, pelo lado direito segue com azimute de 81°26' 28" e distância de 30,00m, confrontando com o lote 26 da mesma quadra; pelo lado esquerdo segue com azimute de 261°26'28" e distância de 30,00m, confrontando com o lote 24 e nos fundos segue com azimute de 351°26'28" e distância de 10,00m, confrontando com o lote 10 da mesma quadra. Encerrando uma área de 300,00m2, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 30 dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itapevi, aos 18 de junho de 2019.

13 e 16/07

UNLEILÕES ON-LINE — Santander

DATA: 22/07/2019 às 10:00
APROX. 45 IMÓVEIS
À VISTA COM 5% DESCONTO
Financiamento em até 420 meses com taxa a partir de 7,95% a.a (Pró-cotista).
Dê seu lance em pouquíssimos cliques pelo www.reex.com.br.
GANHE ATÉ 150 MIL PONTOS ESFERA.
Pagamento de IPTU e Condomínio até a data do leilão.
FABIANA CUSATO - Leiloeira Oficial - JUCESP 619 - F: 5041-5278
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MAIS INFS: www.unileiloes.com.br.

2ª Vara Cível. 2º Ofício.

Edital de 1º e 2º Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos executados **DIRTEN FERRAMENTARIA LTDA-ME, CNPJ Nº 58.757.592/0001-70, LUCAS BOTYOLIN, CPF Nº 527.284.718-00, APARECIDA CALDEIRA BORTOLOTTO, CPF Nº 062.230.040-04 e terceirointeressado** nos autos da Ação de Execução Fiscal Tributária Fiscal Extrajudicial, requerida por **EUDAYR SCATENA, CPF nº 010.741.568-20**. Processo **nº 0068080-67.2001.8.26.0100.** A Dra. Déborah Lopes, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional da Penha, na forma da Lei, etc... **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento lhe interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.leiloeiroline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 19/07/2019, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 22/07/2019, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima dos valores abaixo, sendo que, em não havendo licitantes, abre-se a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 13/08/2019, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação atualizada. Nos termos do art. 889, I, do CPC, pelo presente edital, ficam intimados os executados e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDI

Gattai Participações S.A.

CNPJ 09.051.260/001-07

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em R$)

Balanço Patrimonial	2018	2017
Ativo	2.291.768	5.632.073
Circulante	682.915	1.728.105
Caixa e Equivalentes de Caixa	655.899	1.652.510
Outros Créditos	26.916	75.595
Não Circulante	1.608.953	1.903.968
Investimentos	1.608.953	1.903.968
Demonstração do Fluxo de Caixa	**2018**	**2017**
Atividades operacionais: Lucro líquido exercício	**2.898.399**	**6.189.241**
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisão de IR e CSLL	29.407	84.958
Variações nos ativos operacionais:		
Investimentos	295.015	79.554
Impostos e contribuições a recuperar	48.679	132.205

Balanço Patrimonial	2018	2017
Passivo e Patrimônio Líquido	**2.291.768**	**5.632.073**
Circulante	1.839	5.807
Provisões	1.839	5.807
Patrimônio Líquido	**2.289.929**	**5.626.266**
Capital Social	1.600.000	1.600.000
Lucros Acumulados	689.929	4.026.266
Variações nos passivos operacionais	**2018**	**2017**
Outras contas a pagar	(33.375)	(193.866)
Dividendos a juros sobre capital distribuídos	(6.234.736)	(6.598.670)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(2.996.811)**	**(206.578)**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.996.611)**	**(206.578)**
Caixa e equivalentes caixa no início exercício	**3.652.510**	**3.949.088**
Caixa e equivalentes caixa no fim do exercício	**655.899**	**3.652.510**

Demonstração do Resultado	2018	2017
Despesas/Receitas	**104.101**	**260.353**
Despesas Tributárias	(237)	(233)
Despesas Financeiras	(2.515)	(1.922)
Ganhos Ganeis	(12.676)	(13.202)
Receitas Financeiras	119.589	275.710
Operacional	**104.101**	**260.353**
Outras Despesas/Receitas	**2.523.646**	**6.013.846**
Outras Despesas/Receitas	2.523.646	6.013.846
Antes da Contribuição Social	**2.627.806**	**6.274.199**
Contribuição Social	(9.758)	(25.737)
Antes do Imposto de Renda	**2.618.048**	**6.248.462**
Provisão para Imposto de Renda	(19.650)	(59.221)
Líquido	**2.898.399**	**6.189.241**

Paulo Henrique dos Santos Toseiro - Diretor-Presidente
Suell Aparecida Sant'Ana Vieira Navas - CRC ISP 206989/O-3

J.H.L.F.C. Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ: 13.800.663/0001-32 - **Demonstrações Financeiras Exercício Findo em 31 de dezembro de 2018**

Balanço Patrimonial	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Ativo/Circulante	**3.811.558**	**42.843.947**
Caixa e equivalentes de caixa	967.325	11.516.353
Contas a Receber	7.000.000	28.877.574
Estoques	796.447	2.262.146
Adiantamentos	28.696	28.696
Outras Contas a Receber	81.290	101.396
Não Circulante	**59.419.654**	**28.844.202**
Realizável a longo prazo	-	27.410.086
Investimentos em Controladas	57.985.458	-
Imobilizado	1.434.197	1.434.197
Total do Ativo	**63.231.212**	**71.688.149**
Passivo/Circulante	**3.511.292**	**6.961.929**
Fornecedores	36.818	36.818
Obrigações Fiscais	638.052	3.982.112
Obrigações Trabalhistas	16.351	16.351
Contas a pagar CP	2.820.069	2.926.648
Não Circulante	**16.167**	**16.167**
Contas a pagar LP	16.167	16.167
Total do Passivo	**3.527.449**	**6.978.106**
Patrimônio Líquido	**64.705.864**	**64.710.124**
Capital social	991.463	991.463
Outras contas do Patrimônio líquido	52.512.034	52.512.034
Reservas de Capital	2.857	2.857
Reservas de Lucros	11.199.509	11.199.509
Participação de não controlados	-	4.261
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**68.233.312**	**71.688.230**

Demonstração do Resultado	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Resultado Abrangente	**31/12/2018**	**31/12/2018**
Lucro líquido do Exercício	**25.972.839**	**24.781.855**
Ajustes de Exercícios anteriores	52.512.034	1.191.274
Resultado abrangente total do exercício	**78.484.873**	**25.973.076**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Ajustes de Exercícios Anteriores	Participação Controladora	Participação Controlados	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31/12/2017	**997.463**	**2.857**	**5.575.239**	**-**	**-**	**6.577.719**	**-**	**6.577.719**
Lucro Líquido	-	-	-	**25.972.839**	-	**25.972.839**	-	**25.972.839**
Outros Resultados Abrangentes:								
Ajuste exercícios anteriores MEP	-	-	-	-	-	-	-	-
não realizada anteriormente	-	-	-	- 52.524.472		**52.524.472**	**4.260**	**52.528.732**
Transações Capital com Sócios:								
Distribuição de Dividendos	-	-	(20.348.566)		-	-	**(20.348.566)**	**(20.348.566)**
Transferência para reservas de Lucros	-	-	25.972.839		(25.972.839)			
Saldos Finais em 31/12/2018	**997.463**	**2.857**	**11.199.509**	**52.512.034**	-	**64.705.864**	**4.260**	**64.710.124**

Demonstração do Resultado	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Receita Líquida	11.562.000	25.781.637
Custo de Produção	- 1.194.621	- 1.195.083
Lucro Bruto	**10.367.329**	**23.195.748**
Outras Receitas	-	6.116
Despesas gerais e Administrativas	738.390	872.725
Resultado antes do resultado financeiro	**9.628.940**	**22.328.139**
Resultado financeiro líquido	**119.889**	**3.530.676**
Resultado de Equivalência patrimonial das Controladas no período	16.591.086	
Resultado antes do IRP e CSLL	**26.339.914**	**25.859.814**
Provisão Imposto	367.075	1.077.959
Lucro líquido do período	**25.972.839**	**24.781.855**

Demonstração do Fluxo de Caixa	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Atividades Operacionais:	**31/12/2018**	**31/12/2018**
(+) Recebimentos de Clientes e outros	9.916.621	31.908.873
(-) Pagamento a Fornecedores	(314.018)	(350.146)
(+) Recebimentos de Juros	(277.091)	(2.327.950)
(-) Pagamento a Funcionários	(256.552)	(256.552)
(-) Pagamento de Impostos	(20.355.723)	(20.355.723)
(-) Pagamento de Juros	(2.784)	(7.216)
(=) Disponibilidade Consumida pelas Atividades da Financiamento	**(20.358.507)**	**(20.362.940)**
Aumento nas Disponibilidades	**(9.441.886)**	**9.935.245**
Disponibilidades em 31/12/2017	**10.409.211**	**576.266**
Disponibilidades em 31/12/2018	**967.325**	**11.574.136**

Isaque Antonilli da Sousa - Contador - CRC 1SP276023/O-3

Prestador de Serviço Autorizado Itaú

LEILÃO 27 IMÓVEIS

PRESENCIAL E ONLINE

26 de julho de 2019 – 6ª feira – às 11h00

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

CASAS – APARTAMENTOS – ESCRITÓRIO – LOJA

LOTE 01 - São Paulo/SP – Morumbi – Apto C/ 2 vagas – Rua Leonardo Cervera Varandas, 50, Apto 26, Bloco 2 – Ed. Giuliano, Cond. Villa Amalfi. Área privativa: 141,3965 m². Área total: 325,0640 m². Área construída: 280,000,00 m² **LOTE 02 - Osasco/SP** – Setor Canadá – Casa – Rua José Machado de Almeida, 17. Área terreno: 246,50m². Área construída: 137,70m². Lance Mínimo: R$ 130.900,00 **LOTE 03 - Mogi das Cruzes/SP** – Mogi Moderno – Casa – Av. Pedro Machado, 1020 – Resid. Millennium I - Casa 04-B. Área terreno: 154,08m². Área construída: 52,27m². Lance Mínimo: R$ 118.400,00 **LOTE 04 - Piracicaba/SP** – Casa – Rua Cardeal Arcoverde, 275, Setor 31 - Quadra 53 - Lote 021. Área construída: 173,75 m². Lance Mínimo: R$ 365.000,00 **LOTE 05 - São Roque/SP** – Vargem Grande – Casa – Estr. Particular, 920 (km 48,5 da Rod. Raposo Tavares), Recanto Flora. Área de terreno: 11.060,24m². Área construída: 537,45m². Lance Mínimo: R$ 488.700,00 **LOTE 06 - São Paulo/SP** – Tatuapé – Apto c/ 4 vagas + depósito Nº 69 – Rua Emílio Mallet , 367, Apto. 22 – Ed. France (torre 1), Cond. Montblanc Tatuapé. Área privativa: 264,65m². Área total: 457,10m². Lance Mínimo: R$ 922.500,00 **LOTE 07 - São Paulo/SP** – Fazenda Morumbi – Casa – Rua David Pimentel, 1101. Área construída: 716m². Lance Mínimo: R$ 999.200,00 **LOTE 08 - São Paulo/SP** – Vila Fernandes – Casa – Rua Vacanga, 715. Área de terreno: 720m². Área construída: 754,82m². Lance Mínimo: R$ 553.600,00 **LOTE 09 - Jacareí/SP** – Jardim Califórnia – Casa – Rua Vitória, 206, Lote 18, Quadra O. Área terreno: 300m². Área construída: 50,12m². Lance Mínimo: R$ 243.800,00 **LOTE 10 - Santa Barbara D'Oeste/SP** – Vila Diva – Casa – Av. Mario Dedini, Casa 205, Quadra 2, Lote 2. Área construída: 115,99m². Área de terreno: 250m². Lance Mínimo: R$ 135.500,00 **LOTE 11 - Goiânia/GO** – Jardim Mirabel - Casa - Rua Marabá, 02, Lote 16, Quadra 50. Área terreno: 191,71m². Área construída: 85,50m². Lance Mínimo: R$ 94.900,00 **LOTE 12 - São Paulo/SP** – Guaianuna - Casa - Rua Dr. Ismael Dias, 494. Área construída: 150m². Área terreno: 254m². Lance Mínimo: R$ 208.800,00 **LOTE 13 - Guarujá/SP** – Coroa, Enseada das Gaivotas, 168, Apto. 12 – Ed. Enseada das Gaivotas. Área privativa: 136,26m². Área total: 200,26m². Lance Mínimo: R$ 458.800,00 **LOTE 14 - Embu das Artes/SP** - Jardim Pinheirinho - Casa - Rua Paineiras, 403. Área construída: 278,26m². Área terreno: 283m². Lance Mínimo: R$ 364.000,00 **LOTE 15 - Primavera do Leste/MT** - Cidade Primavera I - Loja – Av. Santo Antônio, 220, Lote 02, Quadra 88. Área construída: 294,09m². Área terreno: 600m². Lance Mínimo: R$ 365.500,00 * **LOTE 16 - Niquelândia/GO** – Pq. Resid. Soi Nascente - Casa - Rua Eliseu Soares, Quadra 30, Lote 04, Casa sin°. Área terreno: 360m². Área construída: 122,00m². Lance Mínimo: R$ 80.000,00 **LOTE 17 - Nova Iguaçu/GO** - Setor Pedro Peixoto - Casa - Rua Rogério Moraes, s/nº, Lote 13, Quadra 5. Área de terreno: 405,59m². Área construída: 170,35m². Lance Mínimo: R$ 144.300,00 * **LOTE 18 - São Paulo/SP** – Jd. Morumbi - Prédio - Rua Barão do Rio Pardo, 35, Terreno, Lote 12, Quadra 1-B. Área construída: 239,00m². Área total: 539,00m². Lance Mínimo: R$ 696.800,00 * **LOTE 19 - Atibaia/SP** - Nova Cerejeira - Casa - Rua dos Lírios da Paz, 815. Área de terreno: 218,27m². Área construída: 106,85m². Lance Mínimo: R$ 233.600,00 * **LOTE 20 - Piracicaba/SP** - Paulicéia - Casa - Rua Itapetininga, 132, Lote 13, Quadra 16. Lance Mínimo: R$ 169.300,00 * **LOTE 21 - Jd-Paraná/PO** – Vila Rica, 2º Jd. Paraná - Sítio Pedro - Casa - Rua dos Colegiais, 412, Lote 03, Quadra M-05, Setor 01.03. Área construída: 67,79m². Área total: 336m². Lance Mínimo: R$ 83.900,00 * **LOTE 22 - São Paulo/SP** – Pq. São Domingos - Prédio – Rua Armando Martino, prédio 360, lote 19-A, da subdivisão do lote 19 da quadra 95. Área construída: 214,88m². Área de terreno: 132m². Lance Mínimo R$ 389.800,00 * **LOTE 23 - São Paulo/SP** - Perdizes - Conjunto De Escritório – Av. Francisco Matarazzo, 1,752, Cond. 2.616, 26º pav. do bloco Torre de Escritórios – Cond. Com!. Casa das Caldeiras. Área privativa: 47,54 m². Área de total: 92,33m². Lance Mínimo R$ 380.700,00 * **LOTE 24 - Salto/SP** – Jd. Panorama – Casa – Rua Boa Vista, 56. Área terreno: 186,66 m². Área construída: 107,09 m². Lance Mínimo R$ 194.300,00 * **LOTE 25 - Sorocaba/SP** – Pq. Ibiti Royal Park – Casa – Rua Julio Antonio de Oliveira, 247. Área construída: 187,95 m². Área do terreno: 314,01 m². Lance Mínimo R$ 485.700,00 * **LOTE 26 - Rio Verde/GO** – Jardim Presidente - Casa – Rua 129, Terreno Compromissado "F" Pos lote 14, 15, 16 e 17. Área construída: 69,37 m². Área do terreno: 240,00 m². Lance Mínimo: R$ 129.200,00 * **LOTE 27 - Praia Grande/SP** – Aviaõ – Casa – Rua Flor Boreal, 38, casa 01 da planta, lote 03, quadra 07. Área construída: 77,32m². Área do terreno: 147,34m². Lance Mínimo: R$ 205.400,00.

À vista: 10% de desconto. **À prazo:** até 8X com sinal de 20% e sem juros; até 24X com sinal de 25% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM; até 48X com sinal de 30% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM.

Leia o edital no site do leiloeiro. Todos os imóveis estão ocupados.

Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua da Mooca, 3547 – São Paulo/SP

FRAZÃO Leilões — Ana Claudia Carolina Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. 11-3550-4066 - www.FrazaoLeiloes.com.br

Intimação - Prazo 20 dias Cumprimento de sentença (0033322-41.2019.8.26.0100) - Processo principal: 1017340-72.2016.8.26.0100. A Dra. Daniela Depsitter de Paula, Juíza de Direito da 30ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a Luciano Ribeiro Dantas, CPF 491.460.175-34, que a Ação de Procedimento Comum, requerida pela Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio libanês, foi julgada procedente, condenando o réu ao pagamento de R$ 140.793,6 (05/2019), corrigidos monetariamente, bem como a custas, honorários advocatícios e demais cominações. Estando o executado em lugar ignorado, expeda-se o presente, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento voluntário do débito, sob pena de ser acrescido de multa no percentual de 10% e honorários advocatícios de 10% (art. 523, §§ 1º e 3º do C.P.C.). Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, ofereça sua impugnação (art. 525 do C.P.C.). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. B 12 e 13/07

Intimação - Prazo 20 dias - Cumprimento de sentença (0032733-49.2019.8.26.0100) - Processo principal: 0161564-33.2010.8.26.0100. O Dr. Tom Alexandre Brandão, Juiz de Direito da 33ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a Canadian Comércio de Beneficiamento de Metais Ltda. - CNPJ 00.679.868/0001-70, que pela ação de cumprimento, que a Ação de Procedimento Comum, requerida Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, foi julgada procedente, condenando a ré ao pagamento de R$ 1.406.162,35 (maio/2019), corrigidos monetariamente, bem como a custas, honorários advocatícios e demais cominações. Estando a executada em lugar ignorado, expeda-se o presente, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento voluntário do débito, sob pena de ser acrescido de multa no percentual de 10% e honorários advocatícios de 10% (art. 523, §§ 1º e 3º do C.P.C.). Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que a executada, independente de penhora ou nova intimação, ofereça sua impugnação (art. 525 do C.P.C.). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 12 e 13/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 0015315-93.2013.8.26.0008 O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. Luciano Gonçalves Paes Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a AUTO POSTO CARRÃOZINHO LTDA- ME, CNPJ 60.795.549/0001-41, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, alegando em síntese que, por ocasião da vistoria do imóvel situado à Avenida Dezenove de Janeiro, nº 629, Vila Carrão, São Paulo/SP, (RGI 075730782S e RGI 075736726D), Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2019. B 12 e 13/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 100727-52.2016.8.26.0001 A MM. Juíza de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Ademir Modesto de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EDEN COMÉRCIO DE TELHAS E DIVISÓRIAS LTDA, CNPJ 00.916.811/0002-18, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/ A, para cobrança da quantia de R$ 252.342,21 (06/2017), referente ao saldo devedor da operação de "Compror Estoque para o Comércio Renovação Automática" e aditamento materializado em Cédula de Crédito Bancário. Encontrando-se o réu em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, pague o débito atualizado acrescido de custas e despesas processuais, quando então a verba honorária poderá ser reduzida pela metade, ou em 15 dias embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2019. B 12 e 13/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1057932-90.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)s Filoch Comércio Importação e Exportação de Roupas Eireli - Epp, CNPJ 17.449.800/0001-97, na pessoa de seu representante legal e a Mohamad Wael Assad Ahmad, CPF 452.309.148-0, que Banco Bradesco S/A, ajuizou uma ação Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 244.192,52 (31/07/2018), referente ao inadimplemento da Cédula de Crédito Bancário nº 4.193.020. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, pagarem o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, bem como, no prazo de 15 dias, a aflurir após o prazo supra, para que ofereçam embargos, facultando aos executados nesse prazo, reconhecerem o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 12 e 13/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1047748-83.2015.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) 409 PIZZARIA LTDAME, CNPJ 68.033.729/0001-06 na pessoa de seu representante legal e JOSÉ CLEITON DA SILVA CAVALCANTE, CPF 330.249.718-07, que a Ação de Busca e Apreensão do veículo marca Mitsubishi, modelo Lancer 2.0 16V, cor vermelha, ano de fabricação/modelo 2013/2014, placa FSE-4754, renavam 100779717, chassi JMYSTCAAEU0008299, requerida pelo Banco Santander (Brasil) S/A, foi convertida em ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 217.243,88 (29.08.2017). Estando os executados em local ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a aflurir após o prazo supra, para oferecer embargos, facultando aos executados nesse prazo, reconhecerem o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADAMAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de junho de 2019. B 12 e 13/07

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1032174-17.2015.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 26ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Borges Fantacini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Maria Francisco Carlos da Silva, Brasileira, CNPJ/CPF 701.977.621-31, com endereço incerto e não sabido, que nos autos da ação de Execução de Títulos Extrajudicial, acima numerado, requerida por Dow Agrosciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda, procedeu-se penhora dos seguintes bens de sua propriedade: (i) imóvel 01 - Lote com área de 251 ha, situado no município de Chapada dos Guimarães/ MT, configurado de um polígono irregular e Marcos: o 1, em comum com o marco das terras de Antônio Manzi Funtapalone; ii) a 2.250 metros do 1, ao rumo 90°00'NE, deixando com terras de Yoshio Hiroki; o III, a 2.000 metros do II, ao rumo 0°00'S, dividando com terras de José Luiz de Almeida; o IV a 1.259 metros do III, ao rumo de 90°00'SW, dividando com terras de voltas e a 2.004 metros do I, ao rumo 0°00'N, dividando com terras de Antônio Manzi Funtapalioni. Referido imóvel encontra-se descrito e caracterizado na matrícula nº 16.351 do 1º Tabelionato e Registradoria Paisão da Comarca de Chapada dos Guimarães/ MT; e (ii) imóvel 02 - uma área de 100 Alqueires Paulistas de Terras, ou seja, 242 HAS, Lote nº 28, lugar denominado Gleba Grande Alvorada, município de Chapada dos Guimarães, com as confrontações seguintes: partindo de um marco cravado a margem de um ribeião e seguindo uma reta de rumo NE 6290 numa distância de 3.080 metros dividindo com o lote nº 27 vendido a Manoel Câmara até outro marco na divisa do lote nº 33, de Dionisio Neves, deste fazendo ângulo a esquerda e segue numa distância de 760,00 metros, no rumo de NW32°35', dividindo com o lote nº 33 e com terrenos reservados para chácaras, ate outro marco, deste fazendo ângulo a esquerda e segue por uma reta rumo NE 56°00 numa distância de2.720 metros, dividindo com o lote nº 29 vendido a Silvestre Garcia Nelto até referido ribeião e por este acima até o ponto de partida. Referido imóvel encontra-se descrito e caracterizado na matrícula 16.352 do 1º Tabelionato e Registradoria Paisão da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT. Estando o demandado Antônio Carlos da Silva em lugar ignorado, foi determinada a intimação da penhora por edital, para que no prazo de 10 dias, a fluir após os 20 dias supra, possa oferecer impugnação, pedir a substituição ou a redução da penhora (artigos 847e seguintes do NCPC), sob pena de prosseguir a ação, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos. Sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de maio de 2019. B 12 e 13/07

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1063372-09.2014.8.26.0100 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Inadimplemento Requerente: HOSPITAL SANTAVIRGÍNIA Requerido: SERGIOANTONIO ATANASCOVITCH e outro EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1063372-09.2014.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Elaine Faria Evaristo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SERGIOANTONIOATANASCOVITCH, RG 34.910.986, CPF 012.947.877-64 e ANERCI MARIA CUNHA, RG 39.649.008-6, CPF 526.331.106-06, que lhe foram proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de HOSPITAL SANTA VIRGÍNIA, objetivando, em síntese, receber a quantia de R$ 7.456,47, referente ao não pagamento do Contrato de Prestação de Serviços Hospitalares. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a parte ré será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de maio de 2019. 13 e 16/07

Jornal O DIA SP

ISEC SECURITIZADORA S.A - Companhia Aberta - CNPJ/NIF nº 08.769.451/0001-08
1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 24ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 24ª Série da 4ª Emissão da Isec Securitizadora S.A ("Emissora" e "Emissão"), Oliveira Trust DTVM S.A. ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, estão convocados a se reunirem **em 2ª convocação**, na Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI ("AGE"), a ser realizada em **05 de agosto de 2019, às 11 horas**, na Rua Tabapuã, nº 1.123, Itaim Bibi, CEP 04533-004, Cidade e Estado de São Paulo, a fim de, nos termos da cláusula 16.10 do Termo Securitização de Créditos Imobiliários da 24ª Série da 4ª Emissão ("Termo de Securitização"), deliberar e/ou discutir outras a seguinte Ordem do Dia: (i) a decretação, ou não, do vencimento antecipado do CCB de nº FP2012718, emitida em 19 de dezembro de 2018, pela Porte Engenharia e Urbanismo Ltda. ("**CCB**" e "**Devedora**") no valor de R$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais), e, consequentemente dos CRI, em razão do descumprimento, por parte da Devedora e/ou Avalistas, das obrigações não pecuniárias previstas na cláusula 9, item "xii" da CCB, bem como, do descumprimento da Razão de Garantia da Emissão Fiduciária no ordem de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da cláusula 9, item "v" da CCB; (ii) Renegociação proposta na cláusula 7, parágrafo segundo da CCB, a ser formalizada e apresente o relatório preparado pela Fitch Ratings Brasil Ltda, de classificação de risco de crédito (rating) da Devedora em relação à Emissão; e (iii) Alteração da periodicidade da verificação das Razões de Garantia, passando a ser considerado o coeficiente da divisão entre a média móvel mensal dos últimos dois meses, de modo que o Service; continuará enviando mensalmente a Emissora, no último dia do mês ("Data de apuração"), o relatório relativo ao fechamento do mês, contendo a relação dos ativos vencidos, parcelas devidas no mês, a abertura dos valores pagos, incluindo eventuais multas e/ou juros moratórios, e eventuais encargos por atraso, bem como, data de vencimento e pagamento da respectiva parcela, além do envio do relatório com Razão futuro de todos os vencimentos, conforme previsto na cláusula 8.4.1 do Termo de Securitização; (iv) Autorizar a Securitizadora e o Agente Fiduciário a firmarem todos e quaisquer documentos relacionados às deliberações acima, inclusive os aditamentos necessários aos documentos do CRI, bem como, praticar todos os atos necessários para efetivação. **Quórum:** O quórum de instalação da assembleia em primeira convocação é de dois terços metade dos CRI em circulação e, em segunda convocação com qualquer número. Todas as deliberações serão tomadas, em primeira convocação e em qualquer convocação subsequente, por 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em circulação detidos pelos Titulares de CRI presentes, resselvadas as hipóteses previstas na cláusula 16.9.1 do Termo de Securitização, as quais deverão ser aprovadas, sejam em primeira ou segunda convocação por no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em circulação. **Procuração:** Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todas e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma do signatário e devem ter o prazo de no máximo 1 (um) ano da data de sua emissão. A verificação de quórum será feita com certa celeridade e de modo eficaz, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e/ou na referida assembleia sejam encaminhados à Emissora e ao Agente Fiduciário, (i) por e-mail, para gestaoe@isecbrasil.com.br, juridico@isecbrasil.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br; ou (ii) enviados diretamente à Securitizadora em sua sede, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da assembleia, devendo apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário.

São Paulo, 12 de julho de 2019.
ISEC SECURITIZADORA S.A

GAIA SECURITIZADORA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/NIF nº 07.987.394/0001-30 - NIRE 35.300.369.149

HABITASEC SECURITIZADORA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/NIF nº 09.304.427/0001-58 - NIRE 35.300.352.088

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25º e 26º Séries da 4ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("CRI"), em primeira convocação

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.394/0001-30 ("GAIA"), pelo presente edital de convocação, vem suas publicações realizadas com a Habitasec Securitizadora S.A. ("HABITASEC"), companhia securitizadora inscrita no CNPJ/MF nº 09.304.427/0001-58, *em razão das formalidades decorrentes da cessão dos direitos em obrigações, conforme Assembleia Geral de Titulares dos CRI realizada em 30 de abril de 2019*, em cumprimento aos termos da Cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25º e 26º Séries da 4ª Emissão da GAIA, firmado em 24 de março de 2011, aditado em 03 de março de 2016 e em 14 de julho de 2017 ("Termo de Securitização"), convocam os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25º e 26º Séries da 4ª Emissão da GAIA ("Titulares dos CRI" e "CRI"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, **na sede da HABITASEC, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.894, 9º andar, conjunto 92, CEP 01451-902**, a se realizar, em primeira convocação, no dia 06 de agosto de 2019, às 14:00 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** realização, ou não, de aporte pelos Titulares de CRI para a conta do Patrimônio Separado, com a finalidade de reembolsar as despesas operacionais e/ou despesas de capitalização e aquelas decorrentes da emissão dos CRI, conforme demonstrativo que será apresentado pela securitizadora que deliver os CRI sob sua emissão, isto é, seja a GAIA ou a HABITASEC, aos Titulares de CRI na data em que houver a instalação da assembleia; **(ii)** constituir, ou não, fund